

Nova

na, PR Franca, SP

ões do Norte, MA

Duque Bac, MA Lomanto

lo do Mato Grosso do Sul Londrina,

MA Camaragibe, PE Rio de Janeiro, RJ Estado do

azonas Presidente Juscelino, MA Estado do Tocantins Viana,

to Alegre, RS Recife, PE Niterói, RJ Ipatinga, MG Aradina, BA Consórcio

MA Macapá, AP Ibicarai, BA Joaima, MG Itajuípe, BA Barbosa, AM Goiânia,

le, MS Teresina, PI Nações Indígenas do Sul do Amazonas Bernardo do

a Inês, MA Aldeias Indígenas do Alto Rio Solimões, AM Manaus, SP São João

ião Pré-Amazônica Maranhense Estado do Ceará Estado do Espírito

, SP Alto Alegre, AM Sobral, CE Axixá, BA Caruaru, PE

o de Campos, MA Poço Verde, SE Turmalina, MG Barracão, PR

este, PR Timóteo, MG Morros, MA Vitória de Conquista, BA

SC Rio Negrinho, SC Organização Indígena da Bacia do Rio

l Campo Alegre, SC Urucuca, BA Estado de Santa Catarina

o, MA Estado de São Paulo Belém, PA Cantanhede, MA

baí, MS Tamboril, CE Itap

, ES Anchieta, ES Itapemirim, ES Vicência, PE Betim, MG

o, MG Campina Grande, PE Vitória do Mearim, MA

o de Minas Gerais Três Lagoas, MS Lagarto, SE

Ilha Comprida, SP Piraí, RJ Nazareno, MG

Aracruz, ES Pão de Açúcar, AL

Santa Cruz do Sul, RS

Birigui, SP

Quixeramobim, CE

soró, RJ Pedras de

B Comunidades

a do Alto Rio

Içana



Gestão
Pública e
Cidadania

HISTÓRIAS DE UM BRASIL QUE FUNCIONA

CICLO DE PREMIAÇÃO 2002

Governos locais
ajudando a construir
um país mais justo



HISTÓRIAS DE UM BRASIL QUE FUNCIONA

GOVERNOS LOCAIS AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO

Neste livro encontram-se 20 histórias resumidas sobre como governos estaduais, prefeituras e organizações próprias dos povos indígenas estão procurando superar as injustiças sociais, ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços públicos, desenvolver a economia local, proteger o meio ambiente, democratizar a gestão do Estado, entre outros desafios. O que se pode ver nestas histórias, portanto, é um “Brasil que funciona” e que não costuma aparecer nas manchetes do noticiário.

As experiências aqui reunidas foram finalistas do ciclo de premiação de 2002 do Programa Gestão Pública e Cidadania, uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Programa funciona desde 1996, com o objetivo de premiar e disseminar práticas inovadoras de governos subnacionais.



São considerados inovadores os programas, projetos ou atividades que:

- 1) introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores em determinada área geográfica ou temática;
- 2) têm impacto positivo sobre a qualidade de vida da comunidade;
- 3) podem ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações;
- 4) ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e
- 5) utilizam recursos e oportunidades de forma responsável, visando à auto-sustentabilidade.

Para chegar aos 20 finalistas, a equipe do Programa realiza um trabalho que se estende ao longo de quase

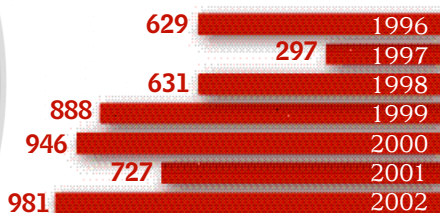
tudo o ano, começando pelo envio de um *folder* de apresentação e de uma ficha de inscrição para mais de 20 mil endereços. A seleção das experiências inscritas divide-se em três fases.

Na primeira, são escolhidas 100 iniciativas semifinalistas, num

processo que reúne grupos de pesquisadores, especialistas em políticas públicas, representantes de órgãos do governo e membros de entidades da sociedade civil. As 100 experiências selecionadas recebem um questionário complementar, no qual podem apresentar informações mais detalhadas. Tais informações são utilizadas numa nova seleção, mais uma vez com a participação de pessoas das universidades, órgãos públicos e ONGs. As 30 iniciativas escolhidas dessa forma recebem a visita de técnicos enviados pelo Programa. Com base nos relatórios elaborados por esses técnicos, selecionam-se as 20 iniciativas finalistas. Os textos deste livro também se baseiam nos relatórios de visita de campo, bem como nas informações das fichas de inscrição preenchidas pelos participantes do ciclo de premiação.

Este é o terceiro *Histórias de um Brasil que funciona*. Os dois primeiros, publicados em 2000 e em 2001, reuniram as experiências finalistas daqueles anos. Em 2002, o Programa recebeu o maior número de inscrições desde o seu início, num total de 981 inscrições válidas. Há lições a serem extraídas de todas elas e não apenas das iniciativas premiadas, o que transforma o banco de dados do Programa numa valiosa fonte de pesquisas, disponível na internet (<http://inovando.fgvsp.br>) e na forma

NÚMERO DE INSCRIÇÕES RECEBIDAS PELO PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA





impressa (ver a seção “Publicações e vídeos do Programa Gestão Pública e Cidadania”, no final deste volume).

As 20 experiências finalistas representam bem a riqueza desse material, tanto no que se refere à abrangência geográfica quanto à diversidade de áreas de atuação. Em relação ao primeiro aspecto, por exemplo, chama a atenção a presença simultânea de duas experiências de Roraima (*Programa Braços Abertos*, de Boa Vista, e *Projeto Anike*), no extremo norte do país, e de outras quatro da região Sul (*Cidadania em Cadeia para o Direito do Futuro*, do Presídio Masculino de Florianópolis; *Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais*, de Lontras-SC, *Licenciamento Ambiental para Redes de Infra-Estrutura Urbana*, de Porto Alegre e *Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos – Citresu*, de dez municípios gaúchos). Qualquer que seja a região, as inovações acontecem tanto na zona rural como nos grandes e médios centros urbanos.

No que se refere à diversidade de áreas de atuação, estão contempladas desde a agropecuária até a segurança pública. Observa-se também uma variedade

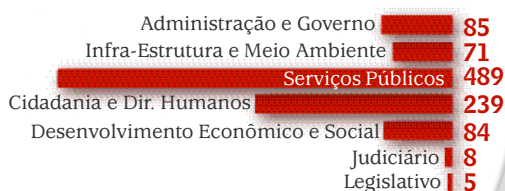
em relação ao público abrangido pelas experiências: algumas tem um caráter generalizante, beneficiando grandes parcelas da população. Outras, mais focalizadas, dirigem-se a grupos especí-

ficos (como o *Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Ostomia*, da cidade do Rio de Janeiro), incluindo mulheres (*Centro Integrado de Atendimento à Mulher - CIAM*, do Rio de Janeiro, e *Comissão Perinatal*, de Belo Horizonte), comunidades indígenas (*Projeto Jeju*, dos guaranis do litoral paulista, além do já mencionado *Projeto Anike*) e crianças (*Escola Pantaneira*, de Aquidauana-MS).

Da mesma forma, há experiências complexas, que envolvem uma multiplicidade de projetos (*Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil*, de Campina Grande-PB, e o já citado *Programa Braços Abertos*), e outras mais simples, focadas num objetivo bem preciso.

Deve-se ressaltar, porém, que diversas iniciativas se desenvolvem numa zona fronteira entre duas ou mais áreas, até porque qualquer classificação sempre implica um grau de arbitrariedade por parte de quem analisa as experiências. Os responsáveis por sua execução estão mais interessados em resolver os problemas da população do que

NÚMERO DE INSCRIÇÕES, POR ÁREA, EM 2002





AGROPECUÁRIA E PESCA

1. Programa Boa Safra – Limoeiro do Norte (CE)

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

2. Cidadania em Cadeia para o Direito do Futuro – Presídio Masculino de Florianópolis

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL EM BASES SUSTENTÁVEIS

3. Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais – Lontras (SC)
4. Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil – Campina Grande (PB)

EDUCAÇÃO

5. Escola Pantaneira – Aquidauana (MS)
6. Projeto Anike – Roraima

FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

7. Pró-Confeccões – Goianésia (GO)

FORMAS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

8. Poupatempo – Central de Atendimento ao Cidadão – São Paulo
9. Programa Braços Abertos – Boa Vista (RR)
10. Rede Pintadas – Pintadas (BA)

INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

11. Licenciamento Ambiental para Redes de Infra-Estrutura Urbana – Porto Alegre (RS)

LIMPEZA PÚBLICA E SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO

12. Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (Citresu) – Dez municípios do Rio Grande do Sul
13. Projeto Amigos Do Lixo – Guaratinguetá (SP)

MELHORIA DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO

14. Projeto Movimento das Mulheres Empreendedoras – Ceará

MINORIAS

15. Projeto Jeju – Reflorestamento de Palmito – Aldeia Indígena do Ribeirão Silveira, São Sebastião (SP)

MULHER

16. Centro Integrado de Atendimento à Mulher – Rio de Janeiro

PARTICIPAÇÃO POPULAR

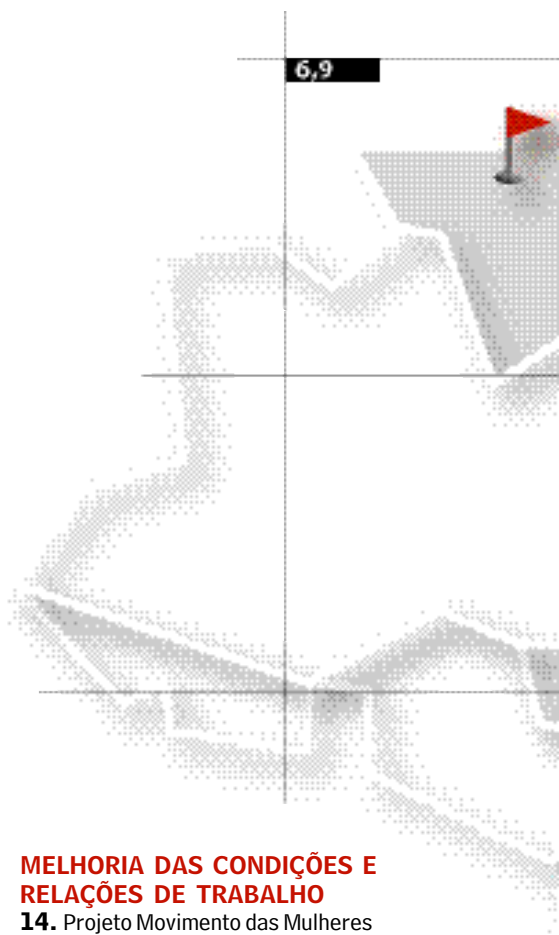
17. Orçamento Participativo Interativo – Ipatinga (MG)

SAÚDE

18. Comissão Perinatal – Belo Horizonte (MG)
19. Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Ostomia – Rio de Janeiro (RJ)

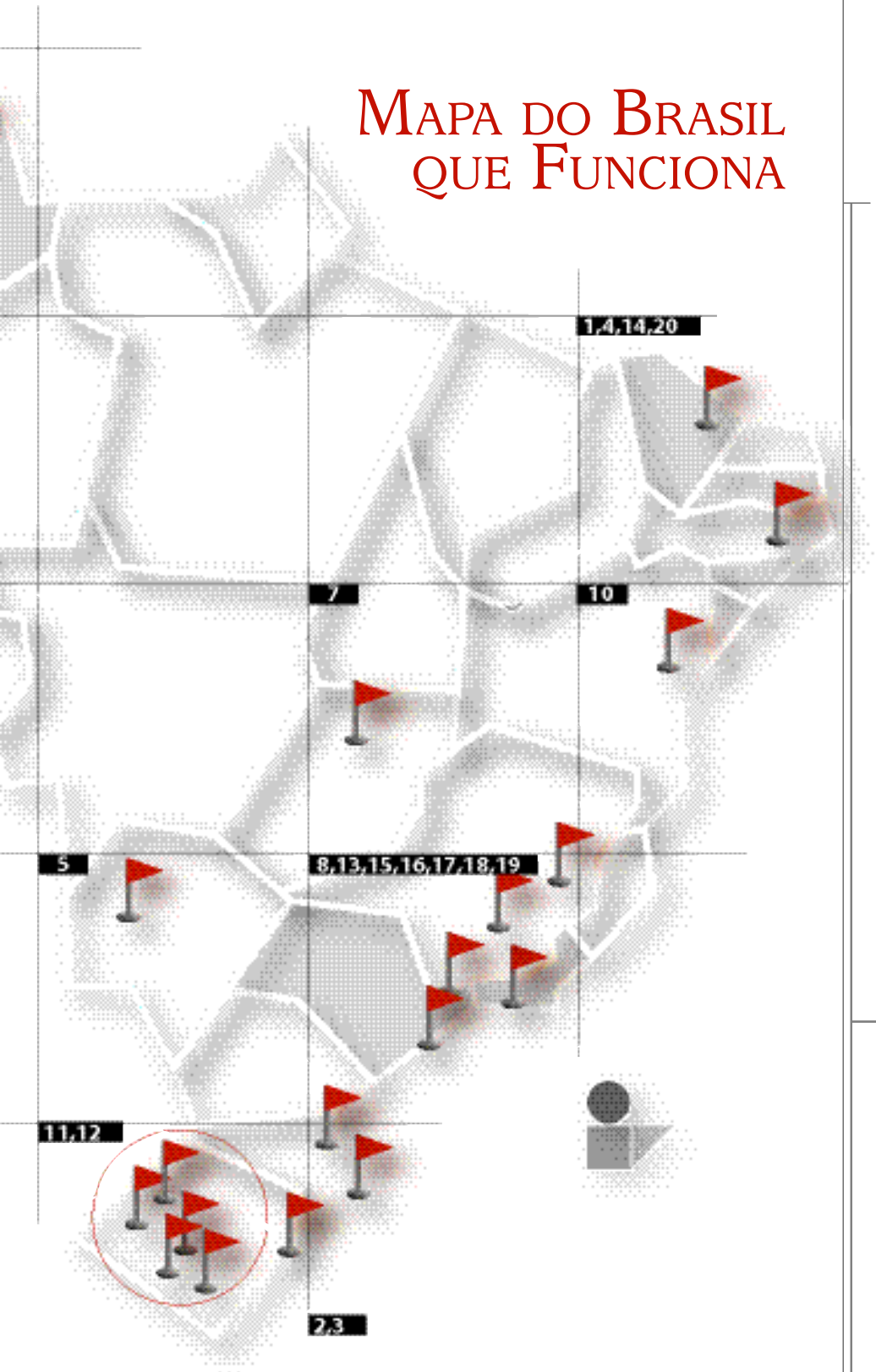
SEGURANÇA PÚBLICA E POLICIAMENTO

20. Conselhos Comunitários de Defesa Social – Ceará





MAPA DO BRASIL QUE FUNCIONA





em saber se o programa, projeto ou atividade pertence a esta ou aquela área. O *Projeto Amigos do Lixo* (Guaratinguetá-SP), por exemplo, volta-se para a temática ambiental, mas também se preocupa com a inclusão social de um segmento da população pobre. Já o *Projeto Movimento das Mulheres Empreendedoras* (Ceará), por sua vez, destina-se a promover a geração de renda, mas ao mesmo tempo apresenta um importante impacto sobre a questão de gênero.

Por fim, há temas que perpassam várias iniciativas, seja como o enfoque principal, seja como um de seus aspectos secundários. Esse é o caso do empreendedorismo (no supracitado projeto de Campina Grande e também no *Pró-Confeções*, de Goianésia-GO; bem como no *Projeto Movimento das Mulheres Empreendedoras*), da participação popular (*Rede Pintadas*, de Pintadas-BA, além dos mencionados *Orçamento Participativo Interativo*, *Conselhos Comunitários de Defesa Social* e *Programa Braços Abertos*), do associativismo (*Programa Boa Safra*, *Formação de Parcerias* e *Geração de Renda nas Comunidades Rurais* e *Projeto Amigos do Lixo*, só para citar alguns) e da melhoria dos serviços públicos *Poupatempo* e *Comissão Perinatal*, entre outros).

Tamanha diversidade, longe de intimidar o leitor, deve servir, pelo contrário, como um convite para essa viagem pela imensidão do país. O que se apresenta a seguir é um rico painel de soluções em meio à complexidade dos problemas nacionais. Por isso, mais do que uma boa leitura, desejamos a todos uma boa viagem!

ELIZABETH LEEDS

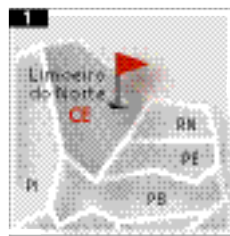
Assessora do Programa de Governo e Sociedade Civil
da Fundação Ford no Brasil

BEATRIZ AZEREDO

Diretora da Área Social do Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social

PETER SPINK E MARTA FERREIRA SANTOS FARAH

Diretores do Programa Gestão Pública e Cidadania



Programa Boa Safra

Área de implantação: Limoeiro do Norte, CE
Instituição: Secretaria de Desenvolvimento Rural
e Meio Ambiente do Município
Contato: Carlos Adalberto Celedônio
Endereço: R. Manoel Rodrigues, s/n
Limoeiro do Norte, CE - cep: 62930-000
tel: (88) 423-4521
e-mail: carloscele@aol.com.br

A SALVAÇÃO DA LAVOURA

A PREFEITURA DE
LIMOEIRO DO NORTE
(CE) RECEBE ALIMEN-
TOS PARA A MERENDA
ESCOLAR COMO PAGA-
MENTO PELO ALUGUEL
DE MÁQUINAS AGRÍCO-
LAS AOS AGRICULTO-
RES POBRES

Em todo o país, mais de 1,8 milhão de propriedades rurais não possuem máquinas agrícolas e muitos produtores recorrem às prefeituras, que emprestam ou alugam seus próprios tratores para preparar o solo das áreas de cultivo. No pequeno município de Limoeiro do Norte (CE), por exemplo, os tratores emprestados ou alugados pela prefeitura são o único recurso dos agricultores pobres na época do plantio. A utilização de bois para o trabalho de arar a terra mostra-se inviável: a ma-

nutrição dos animais é cara e eles geralmente são roubados para servir de alimento.

Mas, até 2001, a prefeitura de Limoeiro do Norte deixava de atender grande parte dos agricultores que necessitavam dos tratores cedidos pelo poder público. O governo municipal, que não possui tratores próprios, alugava as máquinas e as repassava como moeda de troca em suas relações clientelísticas com os agricultores. Muitas vezes, os agricultores mais pobres acabavam prejudicados, tendo de se conformar com a queda na produtividade causada pela falta de mecanização da lavoura.

Com a implantação do Programa Boa Safra, logo após o início de uma nova gestão municipal, as máquinas agrícolas pas-

“
DIVERSOS AGRICULTORES
FIZERAM QUESTÃO DE
DOAR ALIMENTOS, MESMO SEM
TER USADO O TRATOR

saram a ser fornecidas de um modo mais organizado e justo. A iniciativa consiste em colocar tratores à disposição de todos os produtores interessados, que pagam a prefeitura com o

fornecimento de alimentos para o reforço da merenda escolar e para instituições de assistência social do município, como creches, asilos e a pastoral carcerária.

Para a execução do Programa, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente atua em parceria com as associações de agricultores e com as cooperativas. Tais entidades possuem tratores, mas não tinham dinheiro para a compra de combustível. Elas se credenciam junto à prefeitura e ajudam o governo municipal a cadastrar os produtores interessados. Esse cadastro inclui as esposas dos agricultores e serve de informações ao INSS para o requerimento de licença-maternidade, aposentadoria e outros benefícios que, muitas vezes, são a única fonte de renda para as famílias da região.

Ao final de cada ano, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente faz uma licitação pública para os serviços de mecanização agrícola, da qual participam as cooperativas, associações e pessoas físicas que possuem tratores. Os vencedores da licitação recebem da Secretaria a relação dos agricultores cadastrados e, para a execução do serviço, percorrem itinerários pré-estabelecidos.

O Programa Boa Safra não atende apenas os agricultores filiados às associações e cooperativas, mas como são essas entidades as principais responsáveis pela operação do Programa, seus membros têm prioridade para a utilização das máquinas. Dessa forma,

Ciclo de Premiação 2002

o Programa acaba fomentando o associativismo, porque os demais agricultores são incentivados a se filiarem a uma associação.

Os agricultores não associados muitas vezes ficam à margem dos programas governamentais por falta de acesso à informação. A Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente pretende aliar-se aos agentes comunitários de saúde para identificar e cadastrar eventuais agricultores que tenham ficado fora do Programa. O objetivo mais amplo é fazer um levantamento do número de agricultores de base familiar existentes no município, a fim de se conhecer com exatidão o impacto e a abrangência do Programa.



MERENDA TODO DIA, SEM AGROTÓXICOS

O sistema de pagamento pelo uso dos tratores é bastante descentralizado: os agricultores podem entregar os alimentos na sede da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, em uma das três administrações regionais da prefeitura, nas associações comunitárias ou nas escolas em que seus filhos estudam. O cálculo da quantidade de alimentos a ser entregue pelos produtores baseia-se no valor dos produtos e no número de horas em que o trator foi utilizado em cada propriedade. Se houver quebra de safra, o percentual de perda é deduzido da quantidade de alimentos a ser entregue.

“ GRAÇAS AO PROGRAMA,
AS ESCOLAS DE
LIMOEIRO DO NORTE PASSARAM
A FORNECER MERENDA
EM TODOS OS DIAS DE AULA

Devido à seca que atingiu a Região Nordeste em 2001, os agricultores das áreas não irrigadas de Limoeiro do Norte perderam toda a sua produção. O prejuízo obri-

gou a prefeitura a anistiar os agricultores atendidos pelo Programa nessas áreas. Devido à estiagem, naquele ano a iniciativa teve de se voltar mais para o atendimento das áreas de aluvião ou de várzea, obtendo excelentes resultados.

O fato de os produtos serem utilizados na merenda escolar de seus filhos incentiva os agricultores não só a efetivar o pagamento como também a manter a qualidade dos alimentos. Eles até evitam a utilização de agrotóxicos na produção. Além disso, diversos agricultores fizeram questão de doar alimentos, mesmo sem ter usado o trator.

Graças ao Programa Boa Safra, as escolas de Limoeiro do Norte passaram a fornecer merenda em todos os dias de aula. Antes, a verba enviada pelo governo federal não permitia cobrir todo o ano letivo, porque o montante não previa o aumento de alunos de um ano para o outro.



PRIORIDADE AOS FORNECEDORES LOCAIS

Outro benefício trazido pelo Programa foi a melhoria da qualidade da merenda, que passou a contar com alimentos frescos. “O Boa Safra salvou a lavoura!”, comemora a Secretária de Educação do município, Áurea Alexandre. Para muitos alunos, a merenda escolar constitui sua principal fonte de alimentação. Nos últimos dois anos, além dos alimentos comprados com recursos

“
A PREFEITURA DESTINO
R\$ 155 MIL PARA O
PROGRAMA, ATENDEU MAIS DE
1700 FAMÍLIAS E RECEBEU QUASE
22 TONELADAS DE ALIMENTOS

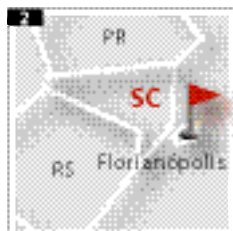
federais, as escolas serviram abóbora, feijão, milho, leite, mel, uva, melancia e melão.

Agora, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente tenta fazer com que outras prefeituras sigam o exemplo e priorizem os pro-

dutores locais para o fornecimento da alimentação dos estudantes. A maioria dos municípios da região compra a merenda de fornecedores de outros Estados.

A Secretaria também está se empenhando, juntamente com as demais prefeituras da região, para conseguir uma parceria com uma grande empresa local, produtora de melões para exportação em área irrigada. A intenção é que a empresa doe parte das frutas recusadas pelo controle de qualidade por estarem fora da especificação exigida no mercado externo.

Em 2001, mesmo sob o estado de calamidade pública decretado por causa da seca, a prefeitura destinou R\$ 155 mil para o Programa e atendeu mais de 1700 famílias. Como contrapartida, recebeu quase 22 toneladas de alimentos. No entanto, segundo a avaliação da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a maior conquista do Programa é a comprovação de que, com o apoio adequado por parte do governo, os agricultores de base familiar podem contribuir bastante para o abastecimento de alimentos.



Cidadania em Cadeia para o Direito do Futuro

Área de implantação: Presídio Masculino de Florianópolis

Instituição: Instituto da Terra para o Desenvolvimento
Sustentável, Meio Ambiente e Cidadania

Contato: Zuleica Medeiros

Endereço: Av Mauro Ramos, 1443 – cj. 2
Florianópolis, SC - cep: 88020-302 - tel: (48) 333-0857
e-mail: zuleica@institutodaterterra.com.br

A RECONSTRUÇÃO DA LIBERDADE

PRESÍDIO DE
FLORIANÓPOLIS OFERECE
TRABALHO E EDUCAÇÃO
PARA OS DETENTOS, DEVOL-
VENDO-LHES A DIGNIDADE E
REDUZINDO A OCORRÊNCIA
DE FUGAS E REBELIÕES

O Presídio Masculino de Florianópolis sempre conviveu com problemas comuns aos demais presídios do país: tentativas de fuga, brigas e rebeliões. Abrigando 311 presos onde cabem 160, o Presídio era um lugar de permanente tensão, prestes a “explodir” a qualquer momento. A situação começou a mudar em 1997, quando a administração do Presídio passou a oferecer aos detentos, em parceria com pequenos empresários, oportunidades de trabalho no interior da prisão. O Programa Cidadania em Cadeia para o Direito do Futuro oferece também cursos de alfabetização, suplência do ensino fundamental e cursos profissionalizantes, além de realizar eventos

comemorativos envolvendo os familiares dos presos.

A iniciativa põe em prática a Lei de Execução Penal, que ainda é pouco aplicada no país, embora tenha mais de 18 anos. A Lei estabelece como o detento deve ser tratado enquanto estiver sob a guarda do Estado e prevê que o preso tem direito à assistência material, médica, jurídica, educacional, social e religiosa. O acesso ao trabalho é considerado um dever social e uma condição para a dignidade humana, tendo não apenas uma finalidade produtiva, como também uma função educativa. Segundo a Lei, cada três dias trabalhados dão direito a um dia de redução da pena.



PAPEL RECICLADO, BRINQUEDOS E ARTESANATO

A primeira empresa a participar da experiência de Florianópolis foi a *Papel da Terra*, que produz papel reciclado. A proprietária da empresa, Zuleica de Medeiros, havia feito um trabalho semelhante no presídio da Papuda, no Distrito Federal, até que uma grande rebelião levou ao encerramento do projeto. Zuleica, que também era professora do Departamento de Artes da Universidade de Brasília (UnB), mudou-se para Santa Catarina disposta a continuar a experiência no Presídio de Florianópolis, onde o número de presos é bem menor.

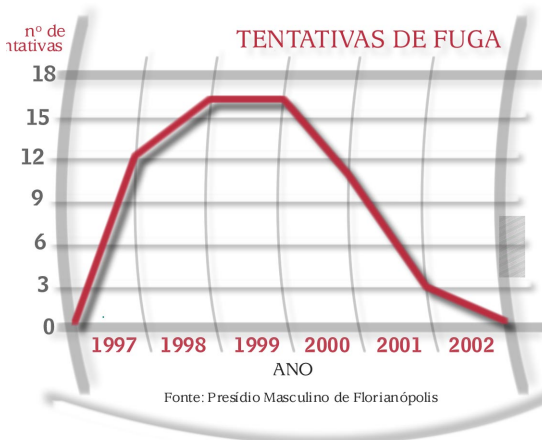
Ela conseguiu um pequeno espaço nas dependências do Presídio Masculino e instalou uma oficina de reciclagem. No começo,

tudo ocorria de maneira informal, mas o sucesso da experiência despertou o interesse do presídio em formalizar um convênio, a fim de atrair outros empresários.

Oficializado em 1999, o convênio entre a *Papel da Terra* e a Secretaria de Justiça e Cidadania do

Estado tem a duração de qua-

tro anos, durante os quais o presídio garante o espaço físico para a instalação das oficinas e o número de presos necessários para o trabalho. A empresa assume o compromisso de remunerar os detentos em, pelo menos, dois terços do salário mínimo, além de



Ciclo de Premiação 2002

fornecer o “kit dignidade”: uma cesta contendo sabão em pó, desodorante, sabonete, aparelho de barbear, xampu, creme dental, etc. As folhas de papel reciclado produzidas no Presídio transformam-se em agendas, blocos para recados, cartões, caixinhas para embalagem, porta-retrato, cadernos, etc. Na produção das folhas de papel, os presos utilizam restos de cana-de-açúcar, grama, eucalipto e outros materiais.

“**TODOS OS DETENTOS ESTÃO ENVOLVIDOS COM ALGUM TIPO DE ATIVIDADE, SEJA NAS OFICINAS DE TRABALHO, SEJA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL OU DE ALFABETIZAÇÃO**”

A segunda empresa a instalar uma unidade de produção no Presídio Masculino de Florianópolis foi a *Mensageiro dos Ventos*, que produz móveis, sinos e birutas, utilizados para decoração. Selma Santos Fernandes, proprietária da empresa, decidiu trabalhar com os presidiários depois de ouvir Zuleica contar sobre o sucesso de sua experiência com a oficina de reciclagem de papel. A repercussão do trabalho acabou atraindo também outras duas empresas: a *Fortaleza*, uma pequena oficina de extensões elétricas, e a *Monte e Brinque*, fabricante de grampos para roupas, lixas para os pés e brinquedos educativos.



“RECICLAGEM DE VIDAS”

Além de trabalhar para essas empresas, os presos participam de atividades profissionais criadas por sua própria iniciativa ou de seus familiares. Foi assim que, buscando ocupar o tempo ocioso, um dos presos montou uma marcenaria que hoje absorve a mão-de-obra de outros três detentos. Mesmo depois que seu criador foi transferido para uma unidade prisional do interior, a marcenaria continuou funcionando e atualmente fabrica berços, cadeiras, mesas, tábuas de churrasco e bancos de igrejas. Os produtos são feitos sob encomenda e a renda fica com as famílias dos detentos envolvidos no trabalho. Há também os que produzem artesanato: com a matéria-prima levada por seus familiares, eles fazem tapetes, bonecas de pano e quadros com acabamento de bordados.

Todos os detentos estão envolvidos com algum tipo de atividade, seja nas oficinas de trabalho, seja nos cursos de formação profissional ou de alfabetização. Os cursos de alfabetização e o supletivo do ensino fundamental são oferecidos pela Secretaria Estadual da Educação e as aulas são dadas na própria prisão. Os


cursos profissionalizantes resultam de uma parceria da Secretaria de Justiça e Cidadania com a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), e contam com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Graças a essa parceria, os presos podem se tornar

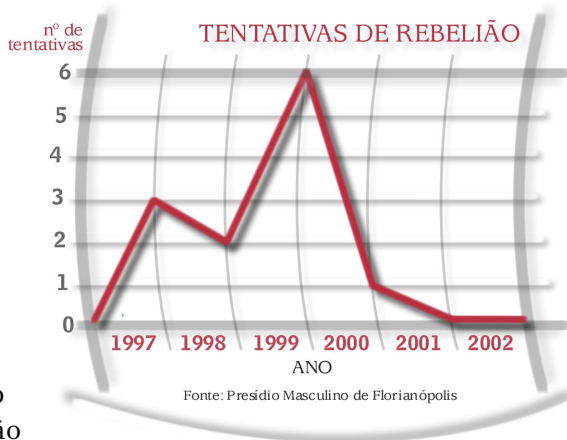
profissionais das áreas de cozinha industrial, manutenção de prédios e artesanato. Formam-se também garçons (com noções de espanhol), cabeleireiros e técnicos na área de conservas.

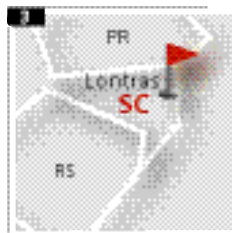
O dia-a-dia dos detentos e o tratamento que eles recebem são acompanhados por diversos segmentos religiosos, pela Pastoral Carcerária e pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB-SC).

Esse conjunto de atividades praticamente eliminou a ocorrência de fugas, brigas, rebeliões e de tentativas de suicídio e homicídios no interior do presídio. Segundo os religiosos que prestam assistência aos presos, desde o momento em que as atividades profissionais começaram a ser desenvolvidas, eles se tornaram mais calmos e mais motivados para esperar a liberdade. Os detentos, por sua vez, contam que o trabalho lhes devolveu a coragem para andar de cabeça erguida. O salário permite que eles ajudem a sustentar os próprios filhos e reduz seu sentimento de culpa em relação à família.

Outra consequência do trabalho no Presídio foi o aumento da presença dos familiares dos presos nos períodos de visitas e nas datas comemorativas, que se transformam em momentos de confraternização. Uma equipe de voluntários visita os presos que não recebem visita de seus familiares.

Zuleica de Medeiros se mostra orgulhosa pelo fato de os presos que trabalham na oficina da *Papel da Terra* manipularem diariamente estiletas, barras de ferro e outros instrumentos, sem nunca terem tentado organizar uma rebelião, comportando-se como qualquer outro trabalhador em situação de liberdade. A empresária afirma que a experiência tem se mostrado muito eficaz na “reciclagem de vidas”. 





Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais

Área de implantação: Lontras, SC

Instituição: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente de Lontras

Contato: Roberto Ferrari

Endereço: Pça. Henrique Schroeder, 01 - Centro
Lontras, SC - cep: 89182-000 - tel: (47) 523-0241 r. 209
e-mail: agricultura@lontras.com.br

NAS MÃOS DO POVO

OS PRODUTORES RURAIS
DE LONTRAS (SC) SE
ORGANIZAM EM ASSOCIA-
ÇÕES E AJUDAM A PREFEI-
TURA A GERENCIAR OS
RECURSOS PÚBLICOS E OS
INVESTIMENTOS NO CAMPO

No município de Lontras (SC), a maior parte dos agricultores vive em pequenas propriedades (de até 50 hectares), onde empregam a mão-de-obra familiar e cultivam um pouco de tudo: hortaliças, cebola, milho, fumo, mandioca, batata inglesa, feijão e arroz, entre outros produtos. Também possuem criações de abelhas e de peixes, além de bois, porcos e, principalmente, ovelhas. Nessa diversidade, as famílias produzem quase todos os alimentos de que necessitam, mas as atividades que geram renda são poucas e instáveis.

Localizado no Alto Vale do Itajaí, o município formou-se com base na economia rural, mas a topografia não favorece as atividades agropecuárias rentáveis: apenas 20% da terra é plana e, apesar da presença abundante de água, o solo é considerado pobre. Para vencer essas dificuldades e ganhar dinheiro, os pequenos agricultores precisariam de assistência técnica, além de máquinas, equipamentos e instalações que, geralmente, fogem ao seu poder aquisitivo.

Alguns desses equipamentos encontravam-se no galpão da Prefeitura, mas eram mal utilizados. Para muitos agricultores, ir até a Prefeitura e fazer a reserva de uso do trator significava

“ O PROGRAMA CRIOU
UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE
DIÁLOGO ENTRE O PODER PÚBLICO
E OS PRODUTORES RURAIS DO
MUNICÍPIO, ORGANIZADOS EM 10
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

abrir mão de um precioso tempo de trabalho. Havia também o inconveniente de que nem sempre o trator estaria disponível no momento adequado para o preparo do solo. Tais fatores empurravam os agricultores familiares de Lontras a um contínuo

processo de empobrecimento e marginalização, além de incentivarem o êxodo rural e constituírem um grande obstáculo ao desenvolvimento do município.

A necessidade de mudar esse quadro levou um grupo de técnicos municipais e estaduais a formular o programa Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais de Lontras. O programa é uma iniciativa conjunta da equipe técnica da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente e da equipe local da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), ligada à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura do Governo do Estado. O programa criou um espaço democrático de diálogo entre o poder público e os produtores rurais do município, organizados em 10 associações comunitárias.



A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

As decisões sobre o uso dos recursos públicos, dos equipamentos da Prefeitura e sobre os investimentos no campo cabem ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), composto pelos presidentes das associações comunitárias e dos sindicatos de trabalhadores rurais, pelo prefeito, pelo presidente da câmara municipal, por um representante da Epagri e por dois represen-

Ciclo de Premiação 2002

tantes dos jovens rurais (eleitos pelas associações). O Conselho decide também sobre a aplicação dos recursos repassados pelo governo federal no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – na linha de financiamento “Infra-estrutura e Serviços nos Municípios” (Pronaf/Infra-estrutura).

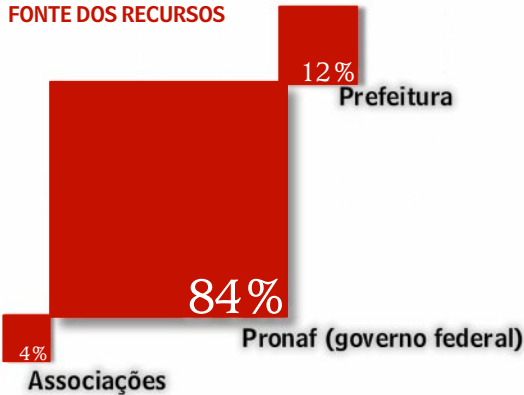
A inclusão do município no Pronaf/Infra-estrutura, juntamente com as exigências do Programa (que requer a formulação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural com a participação da comunidade), estimulou os agricultores a se organizarem e transformou o CMDR num fórum democrático e atuante. Dessa forma, os equipamentos agrícolas que antes eram subutilizados passaram a ser gerenciados pelas associações, propiciando a infra-estrutura necessária ao incremento da renda dos pequenos agricultores.

Por meio da participação nas associações, os produtores rurais definiram algumas áreas prioritárias para o investimento, todas visando melhorar as condições de trabalho no campo: aquisição de equipamentos para o preparo do solo, compra de insumos para agregar valor aos produtos e criação de canais para escoar o excedente. Também foram realizadas ações voltadas à capacitação técnica.

Dos tratores que existiam na Prefeitura, somente dois puderam ser aproveitados. Com os recursos do Pronaf/Infra-estrutura foram adquiridos três novos tratores, além de outros vinte equipamentos para o manejo do solo. A Prefeitura colocou todos os equipamentos à disposição das associações e os agricultores assumiram as despesas de funcionamento e manutenção. As máquinas e os implementos agrícolas ficam guardados em galpões construídos pelas próprias comunidades.

**EM QUATRO ANOS,
OS INVESTIMENTOS SOMAM
MAIS DE R\$ 681 MIL**

FONTE DOS RECURSOS



Fonte: Secretaria Municipal de
Desenvolvimento Rural, Agricultura e
Meio Ambiente de Lontras



OS INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO

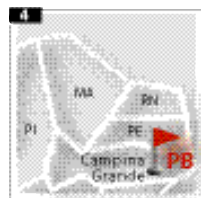
Em parceria com a associação dos apicultores do município, a Prefeitura construiu a Casa do Mel, um local que serve para o armazenamento das embalagens e para o beneficiamento do mel bruto. Numa outra parceria, desta vez com a associação dos piscicultores, a Prefeitura construiu a Estação de Produção de Alevinos, reduzindo o custo de produção e garantindo a qualidade genética e sanitária dos alevinos, que antes eram importados. A fim de difundir a piscicultura e promover o hábito de consumo do peixe, a associação dos piscicultores criou a *Feira do Peixe Vivo* e organizou um ciclo de reuniões denominado *Peixe na Mesa*, em que são divulgadas novas receitas e formas de preparo do peixe.

A aquisição de 13 pequenos resfriadores (de 1.500 litros), também colocados à disposição das associações comunitárias, possibilitou aumentar a produção de leite e a lucratividade dos produtores. Antes, o leite muitas vezes nem chegava a ser comercializado, porque os compradores não se interessavam em adquirir pequenas quantidades. Com esses equipamentos, tornou-se possível armazenar o excedente de vários produtores, que obtiveram um aumento de 30% no valor do produto. Outro benefício é que agora todos vendem o leite pelo mesmo preço, não importando a quantidade de que dispõem para a comercialização.

Os produtores de cebola também conseguiram melhorar sua remuneração, graças a um galpão construído pela Prefeitura num terreno público. O galpão tem equipamentos que fazem a separação das cebolas por tipo e por tamanho, possibilitando aumentar o preço de venda e o retorno para os agricultores. Ao lado desse galpão, há um outro, para a secagem de grãos, imprescindível em regiões úmidas como o Vale do Itajaí. Os dois galpões, embora pertençam à Prefeitura, são gerenciados por representantes das associações comunitárias.

Um dos mais recentes investimentos feitos pela Prefeitura de Lontras é a Casa de Venda de Produtos Coloniais, às margens de uma rodovia que liga o litoral à serra catarinense. Na Casa, pode-se encontrar uma grande variedade de produtos da região, como geléias, pães, licores, aguardentes, mel, doces e salgados, bem como bordados, crochês e outros tipos de artesanato. Além de divulgar e comercializar a produção do município, a Casa é o mais novo exemplo de como as coisas passaram a funcionar em Lontras: já existe um grupo de moradores organizando uma associação para gerenciar o local.

“ A PREFEITURA
COLOCOU TODOS OS EQUIPAMEN-
TOS À DISPOSIÇÃO DAS
ASSOCIAÇÕES E OS AGRICULTORES
ASSUMIRAM AS DESPESAS DE
FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO



Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil

Área de implantação: Campina Grande, PB

Instituição: Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE)

Contato: Silvana Nunes da Costa

Endereço: R. Paulino Raposo, 71 - Campina Grande, PB

cep: 58107-610 - tel: (83) 341-3933

e-mail: silvana@cgnet.com.br

OS FIOS DA ESPERANÇA

O APOIO AOS MICRO E
PEQUENOS EMPREENDIMEN-
TOS É A BASE PARA
CAMPINA GRANDE (PB)
VOLTAR A DESENVOLVER SUA
INDÚSTRIA TÊXTIL,
ORGULHO DO PASSADO

Uma das cidades mais im-
portantes do interior do Nor-
deste, Campina Grande (PB)
deve muito de seu desenvol-
vimento ao cultivo do algodão.
Na década de 50, o município
chegou a ser o segundo maior
exportador mundial de pluma
(algodão sem caroço). A pros-
peridade acabou após a pra-

ga do bicudo, o inseto que reduziu a produtividade da lavoura,
impossibilitando a região de competir com as culturas irrigadas
de Santa Catarina e, posteriormente, do cerrado.

O parque têxtil instalado na região perdeu mercado para São Paulo e não conseguiu se adaptar à entrada de grandes redes de varejo e de supermercados no setor do vestuário. Mais tarde, a inflação, as altas taxas de juros e a falta de crédito acentuaram a decadência da indústria local e tornaram ainda mais escassas as oportunidades de emprego. No campo, não surgiu nenhum substituto para a cultura do algodão e os produtores se voltaram para a

“ O PROGRAMA ATUA
EM VÁRIAS FRENTES, EXTRAPOLA
OS LIMITES DO MUNICÍPIO E
ENVOLVE DIVERSAS ORGANIZAÇÕES
PÚBLICAS E PRIVADAS

agricultura de subsistência (milho e feijão) e para a pecuária extensiva, com baixa produtividade.

Foi para reagir a essa situação que a Prefeitura de Campina Grande criou a Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), uma autarquia responsável por diversos projetos de geração de renda e emprego, premiada em 2000 pelo Programa Gestão Pública e Cidadania. Dentre suas várias iniciativas, a Agência concede microcrédito para pessoas interessadas em iniciar um empreendimento. Durante essa atividade, a equipe da AMDE percebeu que grande parte dos pequenos empreendedores locais se dirigiam para o setor têxtil. Entre 1999 e 2000, foram apoiados mais de 100 pequenos empreendimentos relacionados ao setor.

Tal interesse pode ser explicado pela existência de um grande contingente de funcionários qualificados demitidos do parque industrial outrora instalado. Além disso, muitas das empresas ainda em funcionamento costumam terceirizar parte de seu sistema produtivo, o que abre espaço para a formação de pequenos empreendimentos. Os microempreendedores também abastecem o comércio das “sacoleiras” – que distribuem os produtos nas cidades vizinhas.

Ao mesmo tempo que a AMDE detectava essas tendências, a Embrapa Algodão, sediada em Campina Grande, concluía um trabalho de 12 anos com uma variedade de algodão nativa da região. As pesquisas da Embrapa possibilitaram que o algodão “mocó”, conhecido por sua cor marrom, apresentasse condições adequadas para o cultivo e o beneficiamento. Era mais um incentivo para que o município fizesse uma nova aposta no setor têxtil, com base nas micro e pequenas empresas.

Ciclo de Premiação 2002



RUMO AO MERCADO EXTERNO

Criado e coordenado pela Agência Municipal de Desenvolvimento, o Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil de Campina Grande atua em várias frentes, extrapola os limites do município e envolve diversas organizações públicas e privadas. Entre as ações que fazem parte do Programa, destacam-se a assistência técnica para a gestão administrativa e financeira dos empreendimentos, o apoio à formação de cooperativas, o incentivo à utilização de artesanato nas confecções (para agregar valor ao produto final), a gestão do processo produtivo do algodão colorido e o estímulo para que os empreendedores criem e participem de feiras e eventos.

A Prefeitura não apenas impulsiona tais iniciativas, por meio da AMDE, como também direciona as compras governamentais em benefício dos micro e pequenos empresários. Eles fornecem ao go-

verno municipal os uniformes escolares, as roupas dos funcionários da Prefeitura e o enxoval de hospitais, maternidades e postos de saúde.

“ O PÓLO TÊXTIL
DEVE ABRIGAR 14 FÁBRICAS E
16 LOJAS DE CONFECÇÕES, ALÉM
DE UMA ÁREA DE APOIO AOS
PROFISSIONAIS E ÀS
ORGANIZAÇÕES QUE PRESTAM
SERVIÇO AO SETOR

Outro projeto do governo de Campina Grande é o Centro de Produção e Comercialização do Setor de Confecções (Pólo Têxtil), um com-

plexo de 14 fábricas e 16 lojas que já recebeu R\$ 600 mil em investimentos da administração municipal, responsável pela aquisição do terreno e pela elaboração da planta. O próximo passo – a construção do prédio – está sendo negociado entre a Agência Municipal de Desenvolvimento e a Companhia de Industrialização da Paraíba, ligada ao governo estadual.

De acordo com o projeto, o Pólo Têxtil deverá contar com uma área de apoio aos profissionais e às organizações que prestam serviço ao setor, como as cooperativas, as associações e os clubes de mães. Haverá também, juntamente com as lojas de confecções, uma parte destinada à comercialização de matéria-prima para a indústria, como tecidos e aviamentos, o que deve facilitar e baratear o trabalho dos confeccionistas.

A Agência Municipal de Desenvolvimento pretende escoar a produção não apenas para o comércio local, mas também para cidades vizinhas e outros Estados. Os planos da Agência incluem ainda o mercado externo, onde quer chegar com o apoio da Associação de Promoção e Exportação de Produtos Têxteis e Afins da Região de Campina Grande.



REDE DE PARCEIROS

Embora tenha Campina Grande como ponto de partida, o Programa alcança abrangência regional, envolvendo pessoas e organizações de diversos municípios, governados por partidos diferentes. A distribuição das sementes de algodão colorido, por exemplo, abrange 28 municípios da região. O próximo ciclo de plantio deve mobilizar 500 produtores em 50 municípios, numa área total

“ OS AGRICULTORES
DESCONFIADOS NO INÍCIO, HOJE
SE MOSTRAM TÃO SATISFEITOS
COM A EXPERIÊNCIA QUE SÓ
LAMENTAM NÃO DISPOR DE MAIS
TERRAS PARA PLANTAR

de 1000 hectares. Os agricultores, desconfiados no início, hoje se mostram tão satisfeitos com a experiência que só lamentam não dispor de mais terras para plantar.

Em cada município, um facilitador se responsabiliza pelo acompanhamento do plan-

tio. São técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater), vereadores, líderes de associações de produtores e funcionários municipais. O armazenamento e o beneficiamento do algodão são feitos no município de Patos, pela empresa *Campal*, que também se encarrega do transporte entre as regiões produtoras e os armazéns. A confecção da malha é feita em João Pessoa, pela *Embratex*, uma empresa do grupo *Coteminas*.

A formação dessa rede de parceiros, levando o trabalho a ultrapassar as fronteiras de Campina Grande, resultou da engenharia institucional construída pela AMDE. O sistema de implementação e gerenciamento da proposta é descentralizado, favorecendo as lideranças locais, além de fortalecer as associações de produtores, as cooperativas e os clubes de mãos.

Os envolvidos na cadeia produtiva criaram o Instituto Casaca de Couro, um grupo que se reúne mensalmente para a troca de informações e o planejamento integrado das ações. Fazem parte do Instituto, juntamente com a AMDE, o Senar, o Senai, o Sebrae, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado da Paraíba (SINDVEST) e a Embrapa, entre outros.



Escola Pantaneira

Área de implantação: Aquidauana, MS

Instituição: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município

Contato: Cláudio Valério da Silva

Endereço: R. Felipe Orro, s/n – Pavilhão II
Aquidauana, MS - cep: 79200-000 - tel: (67) 241-5868
e-mail: seceaqda@terra.com.br

UMA AULA DA NATUREZA

COM O APOIO DOS FAZEN-
DEIROS E DE ENTIDADES
AMBIENTALISTAS, A
PREFEITURA DE AQUIDAUANA
(MS) IMPLANTA UMA
ESCOLA ADEQUADA À
REALIDADE DO PANTANAL

No Pantanal, o ciclo das águas determina a vida de seres humanos, animais e plantas. De novembro a abril, os rios da região alagam grande parte dos campos e transformam a planície em um imenso mar de água doce. O transporte se torna ainda mais difícil e em muitas áreas só se pode chegar de

barco. Diante dessa realidade, como garantir o acesso e a permanência na escola às crianças que vivem em fazendas distantes?

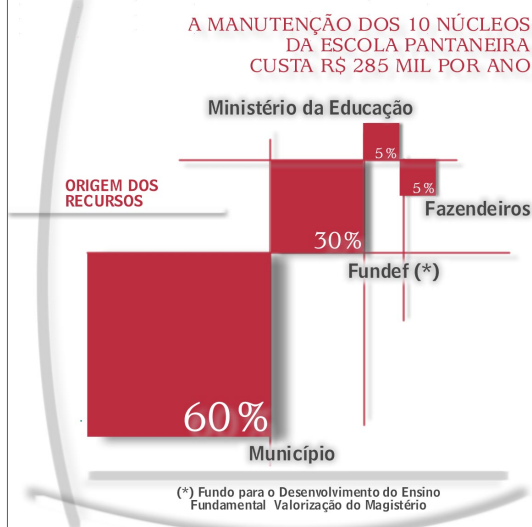
Para solucionar o problema, a Prefeitura Municipal de Aquidauana (MS), por meio da Secretaria de Educação, uniu-se aos fazendeiros da região em uma parceria que resultou na criação da Escola Pantaneira. Mais tarde, a iniciativa recebeu também o apoio da organização não-governamental WWF – Brasil, ligada a uma ONG que atua internacionalmente em defesa da ecologia.

A Escola Pantaneira funciona com base em um calendário diferenciado, que respeita o ciclo das águas no Pantanal, e em um

currículo diversificado, que objetiva resgatar a arte e a cultura locais. Os alunos têm oito horas diárias de aula e o ano letivo vai de abril a novembro, com férias em julho. Muitas crianças estudam em regime de semi-internato ou de internato, dependendo da distância e das

condições de acesso às fazendas onde residem. No semi-internato, elas visitam suas famílias nos finais de semana e, no internato, o retorno para casa pode ser quinzenal, mensal ou até trimestral.

Além das disciplinas comuns do ensino fundamental (Português, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte e Educação Física), a Escola trabalha com a educação ambiental e com a rea-



lidade específica do Pantanal. Busca-se, por exemplo, levar os alunos a estudar a fauna e a flora da região, além de fazê-los compreender o trabalho no campo. Para isso, a Escola Pantaneira emprega as práticas rurais da região: a ordenha da vaca, a vacinação de animais, o cultivo de verduras e plantas medicinais, a produção de queijo e sabão, etc. A coleta seletiva do lixo é uma das formas utilizadas para o estudo das questões ambientais e a venda dos materiais recicláveis gera recursos para a própria Escola.

PARCERIA COM OS FAZENDEIROS

Uma estimativa de 1997 indicava que estavam fora do sistema de ensino 958 crianças e adolescentes, ou 13,17% da população em idade escolar. Pelos cálculos da Secretaria de Educação, pelo menos 50% deles residiam nas fazendas do Pantanal. Para manter os filhos na escola, os peões tinham de mandar as esposas e as crianças para morar na cidade, enquanto permaneciam nas fazendas a fim de assegurar o sustento da família.

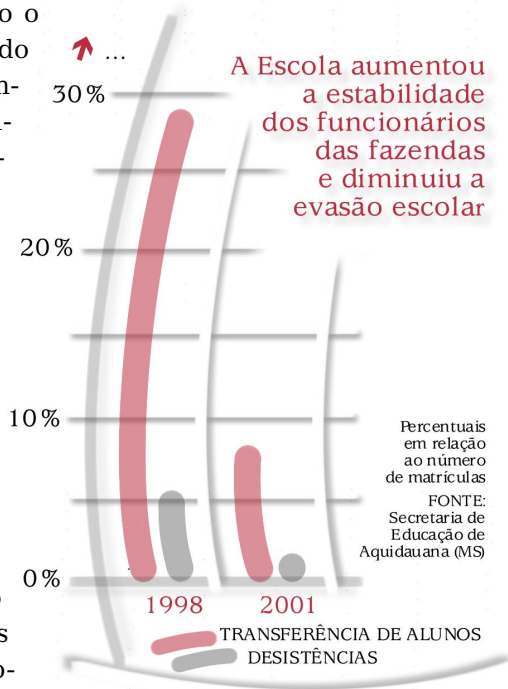
Em 1998, os trabalhadores da Fazenda Campo Novo procuraram o proprietário – o músico Almir Sater –, reivindicando a implantação de uma escola no local, para que pudessem permanecer com suas famílias. Ao levar a reivindicação dos trabalhadores

Ciclo de Premiação 2002

ao poder público, o fazendeiro ofereceu uma área da sua propriedade para a instalação da escola. Era o início de uma parceria entre a Prefeitura e os fazendeiros, possibilitando o acesso ao ensino fundamental de todas as crianças em idade escolar.

Com a aprovação do Conselho Estadual de Educação, a Escola Pantaneira iniciou suas atividades em três núcleos: Fazenda Campo Novo, Fazenda Querência e Fazenda Tabôco. Gradativamente, foram implantados outros sete núcleos, mobilizando um total de 19 professores, 11 auxiliares e uma diretora de ensino. No entanto, mesmo a instalação dos núcleos nas fazendas e a organização da jornada de oito horas (condensando o ano letivo dentro do período das secas) não foram suficientes para superar as dificuldades com o transporte dos alunos, devido às distâncias e às condições das estradas no interior do Pantanal. Por isso, o regime de internato ou de semi-internato tornou-se uma opção para a permanência das crianças na escola.

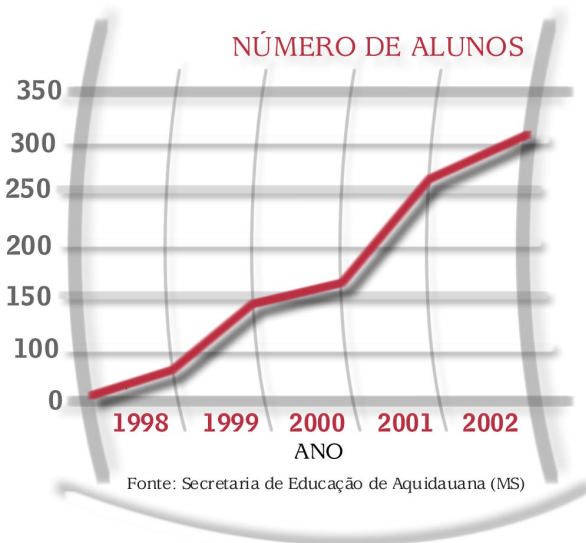
As atividades começam às 7 horas. Após o café e os cuidados com a horta, a manhã é dedicada ao trabalho didático com as disciplinas do currículo. Depois do almoço, predominam as atividades lúdicas, a recreação, jogos, passeios, teatro, histórias, música, filmes, artesanato, etc. Há também um período destinado ao reforço escolar. As crianças em regime de internato revezam-se no trabalho de ajudar os auxiliares da escola na limpeza da cozinha e dos banheiros e na distribuição das refeições. Os cuidados com os objetos pessoais, roupas e camas são responsabilidade das crianças.



A INSCRIÇÃO NA PORTEIRA

Em 1999, iniciou-se uma parceria entre o WWF – Brasil e a Secretaria de Educação de Aquidauana, com o objetivo de melhorar a capacitação dos professores da Escola Pantaneira e contribuir para a conservação do Pantanal. A idéia era fazer com que os professores

viesses a conceber o próprio Pantanal como uma grande escola. Assim, eles poderiam ensinar as crianças a valorizar e a preservar as riquezas naturais da região. Com essa parceria, o WWF –Brasil pretende consolidar a identidade da Escola Pantaneira, realizar intercâmbios com escolas que tenham características semelhantes, despertar os pais e as comunidades rurais para a importância da Escola e estabelecer parcerias com os diversos atores envolvidos na iniciativa. O processo de capacitação envolve, além dos professores, os auxiliares e os técnicos da Secretaria de Educação. O WWF – Brasil também doou livros para a biblioteca da Escola e distribuiu para os professores os Cadernos de Educação Ambiental, que contêm



um livro-texto e um guia de atividades para os alunos. Com o objetivo de divulgar à população a vivência e o conhecimento produzidos pelo Programa, realizou-se a exposição “Escola Pantaneira: Resgatando a Cultura Local”.

Os fazendeiros da região também são parceiros importantes da Escola, tendo, inclusive, formado

a Associação de Parceiros, Pais e Professores da Escola Pantaneira (APPPEP). Procurando estabelecer contato com entidades ligadas à conservação ambiental, a Associação conquistou o apoio da ONG *Conservation International* – Brasil, que resultou na doação de aparelhos de vídeo e de televisão para todos os núcleos da Escola Pantaneira, além de um computador para as tarefas administrativas. Outra parceria foi estabelecida com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), que oferece assistência médica aos alunos, formação em nível superior para os docentes e orientação técnica para a sistematização do projeto político-pedagógico da Escola Pantaneira, além de avaliar o currículo proposto e elaborar o Regimento Escolar.

Com a ajuda desses parceiros, dos pais e dos professores, a Escola tem conseguido uma presença marcante em meio à imensidão do Pantanal. Ao transitar pelas estradas de terra da região, o viajante logo se depara com a seguinte inscrição na porteira de algumas propriedades: “Esta fazenda mantém uma Escola Pantaneira”.



Projeto Anike 2002

Área de implantação: Estado de Roraima

Instituição: Organização dos Professores
Indígenas de Roraima (Opir)

Contato: Enilton André da Silva

Endereço: Av. Benjamim Constant, 3150
Boa Vista, RR - cep: 69303-090 - tel: (95) 623-0892
e-mail: opir@technet.com.br

O SONHO DO BRAVO GUERREIRO

COM UMA METODOLOGIA
DIFERENCIADA, AS
ESCOLAS INDÍGENAS DE
RORAIMA IMPEDEM O
DESAPARECIMENTO DE
CULTURAS TRADICIONAIS

"Uma terra sem gado não tem dono", costuma-se dizer em Roraima, onde a pecuária extensiva e o garimpo levaram à invasão e ocupação das terras indígenas. O Estado é habitado por 14 povos indígenas, que ocupam 40% de seu território. A proliferação de fazendas e a riqueza mineral

transformaram a situação dessas terras na mais complexa de toda a Amazônia, causando um processo de aculturação e fragmentação social que pode levar ao desaparecimento dos conhecimentos tradicionais de várias etnias.

A escola, por exemplo, estimulava os índios a abandonar suas

tradições e a migrar para as cidades, pois o material didático baseava-se na realidade urbana, distante da vida das aldeias. Para muitos jovens indígenas de Roraima, isso acabava resultando em alcoolismo, uso de drogas e violência.

Tal situação começou a mudar no início da década de 90, quando o Ministério da Educação, cumprindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determinou às escolas "o reconhecimento da diversidade sociocultural e lingüística do país e o direito à sua manutenção". Na mesma época, começou a se formar a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR).

“ A ESCOLA ESTIMULAVA
OS ÍNDIOS A MIGRAR PARA
AS CIDADES, POIS O
MATERIAL DIDÁTICO BASEAVA-SE
NA REALIDADE URBANA

Em 1998, a Organização procurou o Conselho Indígena de Roraima (CIR) para promover, junto aos professores indígenas, uma oficina de elaboração de projetos. O intuito era ensinar os professores a fazer captação de recursos para as comunidades mas, uma vez composto o grupo, integrado majoritariamente por mulheres, iniciou-se um processo de avaliação dos problemas enfrentados pelos docentes indígenas. Foram destacadas três dificuldades: a ausência de formação adequada; o contexto de violência no interior dos aldeamentos e a falta de material didático diferenciado. Para discutir essas questões, formaram-se durante o curso dois grupos: um para tratar a questão da formação e outro para discutir o material didático. Este último apresentou, como trabalho de conclusão de curso, uma proposta que se tornou o embrião do Projeto Anike (*pronuncia-se anikê*).



OUVINDO OS MAIS VELHOS

Uma das lendas dos Makuxi diz que na origem desse povo o guerreiro Makunaima encontrou uma índia e a desposou, tendo com ela dois filhos: Anike e Insikiram, os dois primeiros índios Makuxi. Anike era o mais jovem e se caracterizava pela sagacidade e pelo espírito curioso. Segundo a lenda, foi ele quem enriqueceu a cultura Makuxi com diversas crenças e mitos. O Projeto Anike repete a história do bravo guerreiro, que

Ciclo de Premiação 2002

se arrastava pela floresta levando a cultura de seu povo.

O Projeto se desenvolveu a partir de julho de 2000, quando o Ministério da Educação financiou um curso para capacitar 40 professores indígenas, tendo em vista a realização de uma pesquisa de campo na qual se enfatizava o registro da história oral por meio de entrevistas. Em uma segunda fase, foram recolhidos depoimentos em aldeias de etnias diferentes, buscando-se ouvir os índios mais velhos, ou os que tivessem conhecimento das lendas e histórias de seu povo, praticamente desaparecidas.

O material recolhido foi classificado em várias categorias: histórias antigas, vida familiar, produção, chegada dos brancos, danças, tradições e alimentação. Para sistematizar as informações que haviam sido registradas, a OPIR realizou oficinas com alunos e professores, visando à produção de textos históricos e ilustrações. Nas oficinas, os índios mais velhos contavam histórias transmitidas por seus pais e avós e os professores estimulavam as crianças a produzir desenhos sobre essas narrativas. Os melhores desenhos foram coloridos com técnicas especiais, para serem utilizados na produção do material didático diferenciado.

As oficinas incluíram também uma discussão sobre as atividades escolares, que passaram por uma reformulação.

As mudanças ampliaram a participação da comunidade na vida escolar e incluíram as atividades comunitárias no processo de aprendizado. Como parte de suas tarefas escolares, as crianças indígenas acompanham os adultos que trabalham na roça, onde aprendem sobre a produção agrícola e as plantas típicas da região, como a mandioca.

Essa prática leva as crianças a valorizar a biodiversidade do local onde moram e favorece o resgate de conhecimentos tradicionais, que produzem impacto direto na alimentação das comunidades, como a manipulação de sementes e a redescoberta de técnicas produtivas que estavam esquecidas. De volta à escola, os alunos produzem trabalhos sobre a experiência no roçado, utilizando suas observações em todas as disciplinas do currículo.

“
COMO PARTE DE SUAS
TAREFAS ESCOLARES, AS CRIANÇAS
INDÍGENAS ACOMPANHAM
OS ADULTOS QUE TRABALHAM
NA ROÇA



A ESCOLA É O MUNDO

“Levamos as pessoas a entender o que é ser Makuxi, o que é ser indígena”. afirma Telmo Ribeiro, diretor de uma das escolas indígenas. “Cresceu o interesse pela busca de nossas raízes”, observa. Para atingir esse objetivo, o Projeto Anike utiliza o ensino bilíngüe e uma metodologia diferenciada, segundo a qual o aprendizado deixa de se restringir às quatro paredes da sala de aula. As culturas indígenas não estabelecem um tempo específico nem um lugar fixo para o ensino, por isso era difícil manter as crianças sentadas durante horas numa carteira escolar.

Sob a coordenação da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, o Projeto conta com a parceria de diversas entidades.

“
A EXPECTATIVA É QUE
TODOS OS 11 MIL ALUNOS
INDÍGENAS DE RORAIMA SEJAM
BENEFICIADOS PELO PROJETO

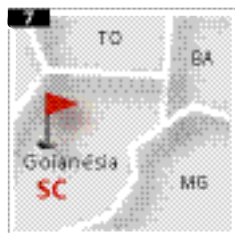
A Funai e o Ministério da Educação contribuem com recursos humanos e financeiros. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima (APIR) executam um

trabalho de caráter político, facilitando a inserção do Projeto nos aldeamentos. Ambas as instituições também fornecem apoio para o transporte e a infra-estrutura dos cursos e oficinas.

Além de fornecer o material de consumo utilizado nesses cursos e oficinas, a Divisão de Educação Indígena (DEI) da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto auxilia a articulação das escolas indígenas em torno do Projeto, colaborando para que a iniciativa beneficie cerca de 25% dos 513 professores indígenas do Estado.

A expectativa dos funcionários da Divisão de Educação Indígena é que todos os 11 mil alunos indígenas de Roraima sejam beneficiados pelo Projeto, conforme fique pronto o material didático diferenciado. Já existem dois livros de História, escritos na língua makuxi e destinados para a 1ª e a 2ª séries do ensino fundamental. No prelo, há um terceiro produto: um livro de História e Geografia, nas línguas makuxi, wapichana e português, direcionado para alunos da 5ª a 8ª séries.

Em breve, o Projeto deve contar também com um curso universitário para a formação de professores indígenas, graças ao trabalho do Núcleo Insikiran de Formação de Professores Indígenas, da Universidade Federal de Roraima.



Programa Pró-Confeções

Área de implantação: Goianésia, GO

Instituição: Prefeitura Municipal

Contato: Otávio Lage de Siqueira Filho

Endereço: R. 31, nº 379

Goianésia, GO - cep: 76380-000 - tel: (62) 353-4000

e-mail: amigo@cultura.com.br

ONDE AS COSTUREIRAS SÃO EMPRESÁRIAS

POR MEIO DE UMA REDE
DE PARCERIAS, A
PREFEITURA DE
GOIANÉSIA (GO) ESTÁ
TRANSFORMANDO
CONFECCIONISTAS
ARTESANAIS EM PEQUENOS
EMPREENDEDORES LOCAIS

Ao longo dos últimos 20 anos, Goiás vem se consolidando como forte pólo regional da indústria de confecções: o Estado tem 5 mil das 13 mil empresas ligadas ao setor no Brasil. No município de Goianésia (49 mil habitantes), a 170 km de Goiânia, a indústria é representada por empresas de micro e pequeno porte, tipicamente familiares,

das quais mais de 90% ainda se encontram na informalidade.

Uma pesquisa revelou a existência de aproximadamente 250 microprodutores do setor de confecções no município, sendo quase todos trabalhadores informais, com baixa qualificação

técnica, gerenciando seus negócios de maneira pouco profissional. A situação de Goianésia contrastava com a do município vizinho, Jaraguá, que em poucos anos consolidou-se como um pólo da indústria de confecções, com base em pequenos empreendimentos, praticamente sem nenhum apoio do governo local.

“
GRAÇAS AO PROGRAMA,
RAPIDAMENTE FORMOU-SE
NO MUNICÍPIO UMA AGLOMERAÇÃO
DE MICRO E PEQUENAS
INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO

Goianésia sempre se caracterizou pela existência de grandes empresas e de grandes propriedades, com elevada concentração de renda. O município também enfrentava o risco de um desemprego em massa, decorrente da iminen-

te mecanização do corte da cana-de-açúcar, seu principal produto agrícola. Era preciso desenvolver um setor capaz de incorporar micro e pequenas empresas, favorecendo o chamado “auto-emprego”.

Essa necessidade levou ao surgimento, em janeiro de 2001, do Programa Pró-Confecções, um conjunto de ações articuladas pela Prefeitura com o objetivo de gerar emprego e renda, por meio do fortalecimento de micro e pequenos empresários do setor de confecções. Graças ao Programa, rapidamente formou-se no município uma aglomeração de micro e pequenas indústrias de confecção, aproveitando a proximidade com importantes centros de distribuição (Distrito Federal e Goiânia).



COSTURANDO PARCERIAS

Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Goianésia, o Programa Pró-Confecções conta com o apoio de diversos parceiros. Para qualificar a mão-de-obra foi implantada uma unidade do Senai, onde são ministrados cursos técnicos, com o apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esses cursos, que normalmente custam em torno de R\$ 200 nas unidades convencionais do Senai, são oferecidos por um valor simbólico de R\$ 10. O Senai de Goiânia também ofereceu 2 vagas para o curso de técnico em vestuário, com duração de dois anos, para duas pessoas escolhidas pela Associação dos Confeccionistas de Goianésia. A Prefeitura banca as despesas de hospedagem e de alimentação desses alunos.

O Sebrae, por sua vez, oferece cursos voltados para o desenvolvimento do espírito empreendedor dos confeccionistas e, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), desenvolve ações para melhorar a competitividade dos empreendedores.

Ciclo de Premiação 2002

tos. O Banco do Povo, uma iniciativa estadual que está presente em cerca de 140 municípios e atua desde 1999 em Goianésia, oferece microcrédito para os trabalhadores informais do setor. O Banco financia a aquisição de matéria-prima e de equipamentos, com empréstimos de R\$ 300 a R\$ 2 mil e juros de 1% ao mês..

Para fortalecer a categoria, possibilitando produção em maior escala e acesso a centros consumidores mais desenvolvidos, foi criada a Cooperativa de Costura. O Banco do Povo liberou financiamento aos cooperados para a aquisição das máquinas industriais de costura. A Prefeitura arcou com a reforma das instalações físicas e assumiu o pagamento do aluguel durante o período de dois anos.

A Prefeitura também reformou um prédio para a implantação do centro comercial, composto por 70 boxes, provadores e banheiros públicos. Ali, os pequenos empresários podem montar um ponto de venda, rateando o aluguel e os custos de manutenção. O local abriga também a sede da Associação dos Confeccionistas de Goianésia, que conta com 180 associados. Apoiada pela Prefeitura, a Associação subsidia o transporte semanal dos microempresários para centros consumidores maiores – Goiânia e Brasília –, onde eles adquirem a matéria-prima e vendem seus produtos em feiras e lojas.

Outra iniciativa da Prefeitura foi a construção de um galpão de

“
A INICIATIVA
POSSIBILITOU QUE MUITAS
COSTUREIRAS DE FUNDO
DE QUINTAL EXPANDISSEM SUAS
ATIVIDADES PARA OFERECER
MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA
A SUAS FAMÍLIAS

250m², onde funciona a Lavanderia Industrial de Tecidos, colocada à disposição da iniciativa privada por um período de dois anos, em regime de comodato. Cabe aos empreendedores a aquisição das máquinas e equipamentos. O objetivo da Lavanderia é garantir às confecções o

acesso às tendências da moda na tinturaria e na lavagem dos tecidos, condição importante para assegurar competitividade ao setor.

37



TECENDO O FUTURO

O Programa recebeu um investimento inicial de cerca de R\$ 300 mil (R\$ 200 mil da Prefeitura e o restante dos demais parceiros), incluindo uma série de despesas da administração municipal com a construção e a reforma de edifícios. A manutenção do Programa custa aos cofres públicos aproximadamente R\$ 65 mil por ano, valor que tende a diminuir conforme as estruturas criadas se tornem auto-sustentáveis.

ETAPAS DO PROGRAMA PRÓ-CONFECÇÕES

1. Capacitação Profissional e Empresarial
2. Viabilização de Microcrédito
3. Criação de uma Cooperativa de Costura
4. Criação de um Centro Comercial para os pequenos produtores
5. Apoio à Associação dos Confeccionistas
6. Criação de Lavanderia Industrial de Tecidos
7. Implantação de uma Incubadora de Confeções
(em fase de negociação com potenciais parceiros)

Com menos de dois anos de funcionamento, a iniciativa já possibilitou que um grande número de costureiras de fundo de quintal pudessem expandir suas atividades e oferecer melhores condições de vida para suas famílias. Pode-se afirmar que, hoje, o ambiente para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos no setor de confecções em Goianésia é mais favorável do que em Jaraguá, onde o setor é a base da economia local.

Até julho de 2002, quase 2 mil pessoas tinham participado dos cursos técnicos organizados em parceria com o Senai, número bem superior à meta, que era capacitar 300 pessoas por ano. O Banco do Povo já havia financiado cerca de R\$ 80 mil para a aquisição de matéria-prima e de máquinas industriais de confecções, gerando 309 empregos.

No centro comercial implantado pela Prefeitura, os lojistas obtêm um faturamento mensal médio de R\$ 500. As 15 confecções que participaram do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias, oferecido pelo Sebrae e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), aumentaram a produtividade e diminuíram o desperdício de matéria-prima e de energia elétrica. O Programa também se destaca pela inclusão do público feminino: são mulheres quase 80% dos alunos do Senai e do Sebrae e mais de 90% dos clientes do Banco do Povo no setor de confecção.

A Prefeitura de Goianésia agora pretende implantar uma incubadora de confecções, visando estimular o surgimento de empresas que utilizem a tecnologia para agregar valor aos produtos. Além disso, pretende colocar em prática um plano de desenvolvimento socioeconômico elaborado com a participação da comunidade. O plano prevê o incentivo às atividades consideradas como parte da vocação natural do município, a exemplo do setor de confecções.



Poupatempo Central de Atendimento ao Cidadão

Área de implantação: Estado de S. Paulo

Instituição: Superintendência Poupatempo

Contato: Daniel Annenberg

Endereço: R. Florêncio de Abreu, 848 – 2º andar
S. Paulo, SP - cep: 01030-000 - tel: (11) 3328-8800
e-mail: dannenberg@sp.gov.br

O SHOPPING DA CIDADANIA

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO REÚNE
DIVERSOS SERVIÇOS
PÚBLICOS EM LOCAIS
DE FÁCIL ACESSO E
AGILIZA O ATENDIMENTO
AOS CIDADÃOS

Buscar serviços públicos ainda significa, para muita gente, uma peregrinação por diversas repartições, além de filas, funcionários mal humorados e esperas intermináveis. Para mudar essa realidade, o Governo do Estado de São Paulo implantou o Programa PoupaTempo, que reúne diversos serviços num só local, de

fácil acesso, com horário de funcionamento ampliado e grande difusão das informações. Com isso, elimina-se a ação de intermediários (como os despachantes) e há um aumento da eficiência na prestação de serviços, o que leva também à redução de custos para o Estado. Os funcionários são especialmente treina-

dos e os procedimentos são simplificados, garantindo-se qualidade e rapidez no atendimento.

A idéia surgiu em 1994, quando o então candidato a governador, Mário Covas, propôs uma espécie de “shopping” de serviços públicos. Ao invés de se alterar as rotinas internas dos órgãos públicos para depois mudar o atendimento ao cidadão, o projeto modificava a forma de prestar os serviços para, a partir disso, pressionar por mudanças internas. Em outros locais despontavam ex-

“
AS CARTEIRAS DE
IDENTIDADE DEMORAVAM ATÉ
60 DIAS PARA FICAR PRONTAS
E HOJE SÃO EMITIDAS NO MÁXIMO
EM 48 HORAS

periências semelhantes, como o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), do governo estadual da Bahia, e a Rua da Cidadania, da prefeitura de Curitiba. Havia também a Ação Global, promovida pela Rede Globo, que organizava carava-

nas de serviços para a população.

Em 1996, o governo paulista montou uma equipe formada por especialistas em informática, arquitetura e recursos humanos, ligada à Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, que até hoje coordena e gerencia o Programa, e à Companhia de Processamento de Dados do Estado (Prodesp), que implanta e administra as unidades de atendimento.

A primeira preocupação foi capacitar o funcionalismo, resgatando-se a sua auto-estima e oferecendo-lhe condições adequadas de trabalho. Em seguida, procurou-se simplificar os procedimentos, inclusive com a informatização. As carteiras de identidade, por exemplo, levavam de 30 a 60 dias para ficar prontas e hoje são emitidas em até 48 horas. A terceira grande mudança atingiu a infra-estrutura e a arquitetura dos edifícios, a fim de adequá-los ao novo sistema de trabalho.



MAIS DE 500 SERVIÇOS

O processo de implementação começou com um diagnóstico do atendimento nos principais serviços (fluxos, tempo de espera, filas, etc.). Depois foram realizados debates com representantes dos órgãos públicos responsáveis por esses serviços, analisando-se os procedimentos adotados, com a identificação de pontos críticos e o estabelecimentos de metas. Por último, buscou-se identificar os aspectos relevantes para a melhoria do atendimento (seleção de funcionários, treinamento, informatização, racionalização, redução de

Ciclo de Premiação 2002

custos para o cidadão, prazo de entrega dos documentos, etc.).

A equipe procurou também garantir que o cidadão não precisasse ir mais de uma vez à unidade para resolver seus problemas. Por isso, o projeto incluiu áreas para serviços de apoio, como fotografia, fotocópia, plastificação, além de lanchonete, telefone, sanitários e fraldários.

Para assegurar a adesão dos órgãos públicos à proposta, o PoupaTempo ofereceu mobiliário, equipamento e capacitação dos funcionários, a partir das especificações apresentadas por esses órgãos para a prestação de determinados serviços.

Atualmente, existem oito unidades do Poupatempo, sendo quatro na capital, duas no interior e duas na região metropolitana. Ao todo, atendem cerca de 55 mil pessoas por dia e oferecem mais de 500 serviços de órgãos do governo, da iniciativa privada, de concessionárias de serviços públicos, de associações e de entidades da sociedade civil. Os serviços mais procurados são a emissão de Carteira de Identidade e de Carteira de Trabalho, a intermediação de mão-de-obra, o seguro-desemprego, o licenciamento de veículos, a renovação e a segunda via da Carteira Nacional de Habilitação.

“
SHOPPING CENTERS E
HIPERMERCADOS ESTÃO
INTERESSADOS EM VIABILIZAR A
INSTALAÇÃO DE NOVAS UNIDADES
DO POUPATEMPO NA CAPITAL
E NO INTERIOR

Ao entrar em uma unidade do PoupaTempo, o cidadão recebe orientações de uma recepcionista e, ao longo dos corredores, encontra outros funcionários designados para ajudá-lo a localizar os serviços procurados. Chegando ao posto onde é prestado o ser-

viço, o cidadão recebe uma senha, que mostra a previsão do tempo de espera. Caso decida voltar no dia seguinte, recebe uma senha que garante sua prioridade no atendimento.

41



INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE

As instalações do PoupaTempo são utilizadas também por pessoas que procuram salas de leitura (onde há livros, jornais, revistas e gibis), lanchonetes, agências dos correios, áreas de acesso à internet, etc. Além disso, o PoupaTempo realiza um trabalho de integração com a comunidade local, enviando representantes a reuniões e eventos comunitários e, sempre que possível, levando alguns serviços públicos para regiões carentes. No PoupaTempo

de Santo Amaro (zona sul da capital), por exemplo, são oferecidos cursos gratuitos de qualificação profissional. Há também uma equipe de voluntários que se oferece para escrever cartas a pedido de pessoas analfabetas. No PoupaTempo de Itaquera (zona leste da cidade), foi instalado o Sistema Fácil, que agiliza os serviços necessários à abertura de uma pequena empresa, colocando lado a lado postos da Secretaria da Fazenda, do INSS, da Junta Comercial e do Sebrae.

Outra demonstração de que o PoupaTempo vai além da emissão de documentos é o seu esforço para informar as pessoas sobre como obter os serviços. Muitas vezes, a maior dificuldade do cidadão não é o acesso aos órgãos públicos, mas descobrir onde deve ir. Por isso, o PoupaTempo oferece atendimento telefônico ininterrupto, por meio de discagem direta gratuita (0800).

O gasto orçamentário com as oito unidades está estimado em cerca de R\$ 47,5 milhões por ano. Nem todas puderam ser instaladas em prédios públicos, porque a prioridade era implantá-las em locais de fácil acesso. Na cidade de São Ber-

SUCESSO DE PÚBLICO	
RESPOSTAS	%
É um serviço que eu aprovo	99
O Poupatempo respeita o cidadão	97
Dá um bom atendimento ao usuário	97
É um orgulho para São Paulo	96
É bem organizado	96
Tem funcionários bem treinados	94
Tem funcionários atenciosos	91

Fonte: Pesquisa Ibope - 2001

dentro de um *shopping center*. As duas partes saíram ganhando: o *shopping* passou a atrair mais pessoas e, em troca, reduziu o valor do aluguel, além de fazer as reformas necessárias para a instalação da unidade. Outros *shopping centers* e hipermercados estão interessados em viabilizar a instalação de novas unidades do PoupaTempo na capital e no interior, o que mostra o sucesso da experiência. Tal sucesso também é indicado por uma pesquisa do Ibope, realizada periodicamente para avaliar os principais projetos do governo estadual. Nesse levantamento, o PoupaTempo obteve 98% de aprovação popular.



Programa Braços Abertos

Área de implantação: Boa Vista, RR

Instituição: Secretaria de Gestão Participativa
e Cidadania do Município

Contato: Iraci Oliveira da Cunha

Endereço: R. Major Manoel Corrêa, 800
Boa Vista, RR - cep: 69305-110 - tel: (95) 624-1203
e-mail: semgep@technet.com.br

DE PORTA EM PORTA

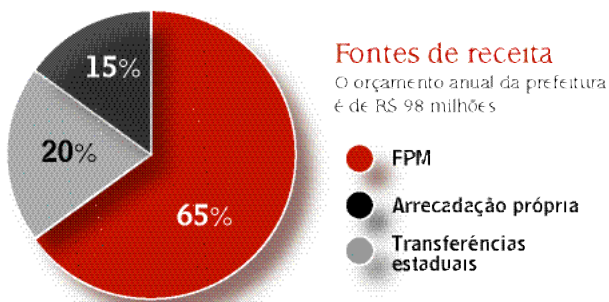
EM BOA VISTA (RR), A
PREFEITURA MAPEIA OS
PROBLEMAS DO MUNICÍPIO E
OS MORADORES AJUDAM A
PLANEJAR AS SOLUÇÕES

Cidade planejada, Boa Vista cresceu desordenadamente nos anos 80 e 90 e hoje, com 208 mil habitantes, concentra 62% da população de Roraima. Cerca de 58% de seus moradores vivem abaixo da linha de pobreza e o desemprego atinge quase 5 mil chefes de família. A capital registra ainda a existência de mais de 10 mil famílias em imóveis insalubres, 550 crianças entre 7 e 14 anos fora da escola e mais de 3 mil jovens sem trabalho.

Os números fazem parte de um detalhado mapeamento socioeconômico do município, ponto de partida para que a prefeitura implantasse o "Programa Braços Abertos", gerenciado pela Secretaria de Gestão Participativa e Cidadania. O Progra-

ma busca a participação da comunidade na implantação de diversos projetos sociais.

O Censo propiciou o conhecimento da realidade de cada habitante e o dimensionamento dos problemas. Os resultados da pesquisa mostraram, por exemplo, que a quantidade de jovens fora da escola e do mercado de trabalho estava por trás da formação de “galeras”,



que provocavam brigas e até mortes nos espaços públicos e em eventos como o carnaval.

A realização do levantamento constitui o primeiro aspecto

inovador do Programa, pois permitiu aumentar em R\$ 1 milhão o repasse mensal que Boa Vista recebe do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A diferença se deve a falhas que foram descobertas na contagem populacional efetuada pelo IBGE.

Para mapear as carências da população, a Prefeitura dividiu o município em três áreas. Em duas delas, que reúnem os 39 bairros mais pobres, os pesquisadores visitaram todos os domicílios, identificando cada residência com um selo, colado no imóvel e no questionário.

A Secretaria de Gestão Participativa e Cidadania também fez uma pesquisa sobre as lideranças comunitárias – os moradores mais antigos, os representantes das organizações sociais e outras pessoas que exercem influência sobre a comunidade. Tais lideranças passaram por um processo de capacitação e discutiram com os técnicos municipais a aplicação do Programa Braços Abertos. Em “reuniões de rua”, realizadas em todos os 39 bairros, o Programa também foi apresentado e discutido com a população.



A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Feito o levantamento, seus resultados também foram apresentados à população em reuniões por bairro, por meio de telões instalados ao ar livre. Em meados de 2001, organizaram-se seminários para a discussão do diagnóstico e para a integração das ações desenvolvidas pelas secretarias municipais. Formaram-se grupos de discussão, incluindo os técnicos da prefeitura e o Conselho de Gestão Compartilhada, integrado por 1322 representantes eleitos pela população entre as organizações sociais e os próprios moradores.

Ciclo de Premiação 2002

O trabalho desses grupos resultou nos Planos Locais de Ação Integrada, que focalizam os problemas e definem alternativas de solução. Para isso, além dos dados fornecidos pelas secretarias, utilizaram-se as informações do Censo, as plantas da cidade, e um levantamento a respeito das reivindicações dos moradores e das organizações comunitárias. Foram consideradas linhas de ação estratégicas o atendimento a grupos sociais vulneráveis (que moram em habitações insalubres, por exemplo), o atendimento aos grupos sociais por segmento (jovens de 15 a 18 anos, terceira idade, portadores de deficiência especial, comunidades indígenas); as ações de massa (combate à violência e ao uso de drogas); e o desenvolvimento do potencial turístico da região.

“**Nos 39 BAIRROS
MAIS POBRES, OS PESQUISADORES
VISITARAM TODOS OS DOMICÍLIOS,
IDENTIFICANDO CADA
RESIDÊNCIA COM UM SELO**

A etapa seguinte durou seis meses, ao longo dos quais a administração executou ações emergenciais, como o asfaltamento de 210 ruas e a “Operação Faxina”, que retirou da cidade 206 mil toneladas de lixo e gerou 800 em-

pregos. Ao mesmo tempo, a gestão municipal planejava os projetos de longo alcance e preparava-se para obter os recursos necessários a essas iniciativas. Assim foi obtido o financiamento para a melhoria de 460 imóveis insalubres de um dos bairros do município, com recursos do governo federal e do BID.



“CARTA DE APRESENTAÇÃO”

Beneficiados por 23 projetos, quase 15 mil crianças e adolescentes recebem a bolsa-incentivo. Os projetos resultam de iniciativas da própria prefeitura e de programas do governo federal, como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Agente Jovem.

Para combater a violência entre os jovens e facilitar a identificação dos formadores de “galeras”, foi criado o Projeto Esporte Noite Adentro, que coloca à disposição dos moradores espaços de lazer abertos das 19 às 22 horas. Outra experiência voltada aos jovens é o Projeto Crescer, dirigido a moças e rapazes que estão afastados da escola e do mercado de trabalho. Muitos deles são usuários de álcool e de outras drogas. O Projeto Crescer oferece-lhes oficinas terapêuticas, assistência médica, odontológica e psicológica, vale-transporte, lanche e uma bolsa-incentivo no valor de R\$ 100. As 11 oficinas, freqüentadas por 550 jovens, abrangem cursos de marce-

O ALCANCE DOS “BRAÇOS”

O Programa criou novos projetos e ampliou os que são realizados com verba federal

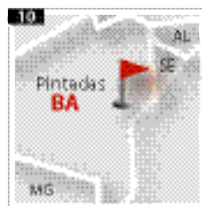
	Antes do “Braços Abertos”	Depois do “Braços Abertos”
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	725	3560
Bolsa-Escola	1000	7000
Agente Jovem	75	725

naria, serralheria, moda e costura, fabricação de pães e teatro. A iniciativa recebeu um prêmio da Petrobras, uma verba do governo federal e uma doação de computadores do governo japonês.

Na área da geração de renda e de apoio ao desenvolvimento econômico, o Programa Braços Abertos conta com o Projeto Estufa, que beneficia os produtores de hortaliças do cinturão verde de Boa Vista. O Projeto incentiva o cultivo de hortaliças em estufas, a fim de garantir ciclos contínuos de produção. Sob a orientação de agrônomos e técnicos da prefeitura, os produtores estão conseguindo aumentar sua renda e ajudando a reduzir a dependência do município em relação às hortaliças importadas de outros Estados. Com verbas obtidas junto ao governo federal, a prefeitura já construiu 88 estufas e está construindo mais 120. Também na área de estímulo ao desenvolvimento, a prefeitura criou a Agência de Crédito Popular, que já beneficiou quase 500 pequenos empresários com financiamentos de até R\$ 5 mil.

Destacam-se ainda, entre as ações que fazem parte do Programa Braços Abertos, as iniciativas destinadas a melhorar as condições sanitárias do município. Além de estender a coleta de lixo para todo o município, o Programa construiu até o momento 2500 banheiros, tendo em vista que o Censo havia apontado a existência de 9500 residências sem banheiro.

Os recursos para a implementação de todas essas ações originaram-se em grande parte da disposição da prefeitura para ir atrás de verbas, inclusive no governo federal e nas agências internacionais. O mapeamento do município também se revelou muito útil para isso. Como diz a secretária de Planejamento, Maria Helena Vercilho, “as informações do Censo são uma carta de apresentação de Boa Vista”.



Rede Pintadas

Área de implantação: Pintadas, BA

Instituição: Prefeitura Municipal

Contato: Neusa Cadore

Endereço: R. Sete de Setembro, 44
Pintadas, BA - cep: 44610-000 - tel: (75) 693-2301
e-mail: ppintadas@uol.com.br

A FORÇA DA COMUNIDADE

EM PINTADAS (BA), A
UNIÃO ENTRE A PREFEITURA
E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
FORMOU UMA REDE DE
PROJETOS PARA O DESEN-
VOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

A cada ano, cerca de três mil trabalhadores saem do município baiano de Pintadas (11 mil habitantes) para trabalhar no Sudeste, principalmente nas usinas de álcool do interior paulista. A viagem é tão freqüente que o município possui linhas de ônibus para São Paulo, mas não para Salvador. Localizado na região conhecida como Polígono das Secas, Pintadas enfrenta a concentração fundiária, o uso inadequado dos recursos naturais, o baixo nível de renda e a falta de emprego.

Procurando mudar essa situação, a Prefeitura local se uniu a 11 entidades da sociedade civil, incluindo associações comunitárias,

sindicatos, cooperativas e a Igreja Católica. Dessa união surgiu uma rede, que articula diversos projetos sociais e econômicos, contando com o apoio de várias instituições nacionais e estrangeiras.

A Rede Pintadas implementa projetos de geração de emprego e renda, abastecimento de água, qualificação profissional, proteção a grupos sociais vulneráveis, comunicação, cultura e microcrédito, entre outros. Além de integrar as entidades em torno de um projeto comum, a Rede procura fortalecer a atuação de cada uma delas e descobrir novos parceiros.

“
A REDE ARTICULA
DIVERSOS PROJETOS SOCIAIS E
ECONÔMICOS, CONTANDO COM O
APOIO DE VÁRIAS INSTITUIÇÕES
NACIONAIS E ESTRANGEIRAS.

A integração e o acompanhamento das ações cabe a um coordenador, remunerado especificamente para essa função. As decisões são discutidas em assembléia, com a participação de dois representantes

de cada entidade, que se reúnem de quatro a seis vezes por ano.

A Prefeitura é uma das protagonistas e a principal articuladora da Rede, utilizando-a como um canal para o estabelecimento de parcerias com instituições nacionais e estrangeiras.



UMA HISTÓRIA DE UNIÃO E DE LUTAS

A mobilização social começou na década de 80, a partir do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica. As práticas incentivadas pela Igreja desembocaram na formação do Conselho Pastoral das Comunidades e do Conselho Pastoral de Jovens, iniciando um processo de conscientização acerca de temas sociais. Tais Conselhos formaram lideranças comunitárias que até hoje têm participação ativa na vida do município.

Em 1985, no mesmo ano em que se transformou em município, Pintadas assistiu à expulsão de 16 famílias que habitavam a Comunidade do Lameiro. Depois de muitas negociações, debates, manifestações populares e confrontos, o governo federal desapropriou 250 hectares de terra para o assentamento dessas famílias. Mas logo surgiu a percepção de que a propriedade da terra, embora importante, não bastava para garantir a subsistência da maioria dos agricultores familiares da região.

A constatação motivou o surgimento do Projeto Pintadas/BNDES, uma experiência de autogestão agrícola que beneficiaria 300 famílias. O Projeto contou com o apoio de técnicos da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR), li-

Ciclo de Premiação 2002

gada à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, e recebeu um financiamento de US\$ 1,5 milhão do BNDES, a fundo perdido. A idéia consistia em organizar grupos de sete a 10 famílias e formar uma área que seria trabalhada coletivamente, a partir da doação de três hectares de terra por família, durante um período de 10 anos.

Antes do final do Projeto, porém, os grupos foram se destazendo e hoje não há nenhum deles em funcionamento. Apesar do relativo fracasso, o Projeto Pintadas/BNDES colocou os produtores em contato com pessoas e instituições, inclusive estrangeiras, que apóiam até hoje o desenvolvimento do município. Outro legado positivo daquela experiência é que, embora o financiamento do BNDES fosse a “fundo perdido”, os grupos devolveram metade do dinheiro recebido, conforme estava previsto, para a formação de um fundo rotativo. Esse fundo continua beneficiando a comunidade, tendo

viabilizado, por exemplo, a construção do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP).

O Centro nasceu de uma ação conjunta da Paróquia de Pintadas, do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do Movimento de Jovens,

QUEM SÃO OS PARCEIROS

- Entidades que compõem a Rede Pintadas
- Prefeitura Municipal
- Paróquia Nossa Senhora da Conceição
- Escola Família Agrícola (EFA)
- Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas (SICOOB Sertão)
- Cooperativa Agroindustrial de Pintadas (COOAP)
- Associação de Apicultores (ASA)
- Associação de Mulheres de Pintadas (AMP)
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas (STR)
- Associação Cultural Beneficente Padre Ricardo
- Rádio Comunitária de Pintadas (RADACOM)
- Cine Rheluz
- Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP)

além de diversas associações comunitárias. A entidade havia assumido a gestão do Projeto Pintadas/BNDES, capacitando e prestando assistência técnica aos pequenos produtores. Com o tempo, o Centro Comunitário transformou-se num fórum de desenvolvimento municipal e de discussão das ações de interesse público.

Na busca de apoio técnico e financeiro para a geração de emprego e renda em Pintadas, assim como para alternativas de produção e de convivência com a seca, o Centro acabou se articulando com organizações de outros municípios, de outros Estados e até do exterior. Desde seu surgimento, há 15 anos, a entidade tem servido também como uma “incubadora” de organizações sociais, fornecendo-lhes a sustentação inicial. A quantidade dessas orga-

nizações cresceu a ponto de seus líderes sentirem a necessidade de articular todas as ações e entidades que visam ao desenvolvimento do município, dando origem à Rede Pintadas.



ESCOLA, CINEMA E BANCO

Entre as entidades que integram a Rede, encontram-se a Escola Família Agrícola e a Associação dos Apicultores. A primeira surgiu do desejo dos produtores de proporcionar aos seus filhos uma educação voltada para as atividades rurais. A segunda nasceu das discussões sobre a necessidade de diversificar as fontes de renda na zona rural e incentivar o reflorestamento.

Também faz parte da Rede Pintadas a Associação Cultural Beneficente Padre Ricardo, formada por um grupo de párocos que iniciou um projeto de reeducação dos jovens. Eles começaram fabricando água sanitária e hoje suas atividades se estendem para a reforma e a fabricação de móveis.

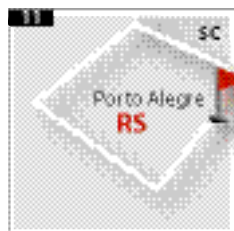
O Cine Rheluz, por sua vez, é um cinema ambulante montado com equipamentos adquiridos por intermédio de uma ONG alemã, oferecendo lazer, cultura e educação à população do município. Outra integrante da Rede, a Rádio Comunitária de Pintadas, é um dos principais meios de informação dos moradores, especialmente na zona rural.

A Rede conta ainda com uma cooperativa de crédito, criada depois que o governo estadual decidiu fechar a única agência bancária da cidade – a do Banco do Estado da Bahia (Baneb). Durante dois anos, os moradores de Pintadas tiveram de se deslocar 50 Km para ir ao banco no município vizinho, até que a Prefeitura fundou a *CrediPintadas*.

“ DURANTE DOIS ANOS,
OS MORADORES TIVERAM DE
SE DESLOCAR 50 KM PARA IR AO
BANCO, ATÉ QUE A PREFEITURA
FUNDOU A COOPERATIVA DE CRÉDITO

A cooperativa de crédito, hoje com o nome de SICOOB Sertão, exerce as funções bancárias tradicionais e atua na área de microcrédito. A cooperativa acabou se tornando um dos trunfos da Rede, ficando com a gestão financeira de grande parte dos recursos repassados pelos parceiros externos às instituições integrantes da Rede, além do fundo rotativo formado a partir do Projeto Pintadas/BNDES.

Contudo, o maior capital da Rede Pintadas é a mobilização da comunidade e a integração entre o governo local e as entidades da sociedade civil. Esse esforço coletivo pode ser a chave de um futuro melhor para o município.



Licenciamento Ambiental para Redes de Infra-Estrutura Urbana

Área de implantação: Porto Alegre, RS

Instituição: Secretaria de Meio Ambiente do Município

Contato: Álvaro Debom Steiw

Endereço: Av. Carlos Gomes, 2120

Porto Alegre, RS - cep: 90480-002 - tel: (51) 382-1500

e-mail: steiw@smam.prefpoa.com.br

INOVAÇÃO DEBAIXO DO CHÃO

ORGANIZANDO A OCUPAÇÃO
DO SUBSOLO E DO ESPAÇO
AÉREO, PORTO ALEGRE
DIMINUI AS ESCAVAÇÕES NAS
RUAS E IMPLANTA UMA REDE
DE FIBRA ÓPTICA PARA
INTERLIGAR A CIDADE

Nos últimos anos, os espaços aéreo e subterrâneo das grandes cidades brasileiras foram tomados pela multiplicação das redes de infra-estrutura. A ampliação dos serviços de telefonia e o avanço tecnológico criaram uma verdadeira babel de escavações nas ruas e um emaranhado de fios e postes.

O subsolo – que esconde uma teia de galerias pluviais e de esgoto, canos de água e cabos de energia elétrica e de telefonia –, passou a receber também as redes de gás canalizado, de TV a cabo e de transmissão de dados em alta velocidade (fibra óptica). O espaço aéreo sofreu invasão semelhante, com a construção

de antenas para telefonia celular, além de postes, caixas de passagem e armários de distribuição para a rede telefônica e a de TV por assinatura. As privatizações contribuíram para aumentar a confusão: serviços que antes eram prestados por uma única empresa estatal, agora são oferecidos por diversas empresas privadas. Não bastasse a degradação da paisagem urbana, a ocupação desordenada e predatória do subsolo pode inviabilizar a instalação de novas prestadoras de serviços, por falta de espaço disponível.

“**TODOS OS
INTERESSADOS EM IMPLANTAR
OU AMPLIAR SERVIÇOS QUE
NECESSITAM DE CABOS SUBTERRÂ-
NEOS TÊM DE PAGAR UM VALOR
MENSAL À PREFEITURA**

ção de novas prestadoras de serviços, por falta de espaço disponível.

Em 1998, a prefeitura de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, resolveu acabar com a bagunça. Até então, o uso do subsolo não era um as-

sunto no qual o município pudesse interferir e nenhum tipo de regulação era imposta às empresas, pois não se cogitava a hipótese de esgotamento do espaço subterrâneo. Mas uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de 1997, atribuiu aos municípios a competência para elaborar legislação própria definindo atividades ou empreendimentos sujeitos a licenciamento, de acordo com a realidade local. Foi o que bastou para a prefeitura de Porto Alegre criar uma lei que organiza a ocupação dos espaços aéreo e subterrâneo.



PLANEJAMENTO NOS MÍNIMOS DETALHES

Com a Lei de Licenciamento Ambiental, todos os interessados em implantar ou ampliar serviços que necessitam de cabos subterrâneos têm de pagar um valor mensal à prefeitura. Um decreto municipal de 2000 estabelece que a prefeitura pode aceitar, como pagamento, que as empresas construam os dutos e os entreguem ao município. Também é aceito o pagamento em cabos de fibra óptica ou em caixas de passagem. O valor investido pela empresa é descontado da taxa mensal que ela teria de pagar à prefeitura pelo uso do subsolo. Ao final da compensação, a empresa se submete à cobrança do valor normal, como os demais concessionários.

Ciclo de Premiação 2002

Os dutos recebidos pela prefeitura ficam à espera das próximas empresas que vierem a receber concessão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para instalar-se em Porto Alegre. Nos percursos onde já existem dutos de propriedade municipal, não são admitidas novas escavações e as empresas interessadas em colocar cabo ou fibra óptica devem utilizar a rede de dutos existente, pagando à prefeitura pelo uso. Dessa forma, evita-se a multiplicação de escavações no solo urbano.

Além disso, a Lei estabelece que o governo municipal deve planejar o compartilhamento das redes aéreas e subterrâneas. Para isso, a prefeitura faz um convite público, buscando atrair o maior número possível de empresas interessadas na construção e no compartilhamento da rede subterrânea em determinadas ruas e avenidas do município. Com isso, as empresas de telecomunicações são incentivadas a projetar redes compartilhadas, por meio de reuniões com a prefeitura, nas quais é definido o traçado e a quantidade de dutos para a formação de “bancos de dutos”. Dependendo da convergência entre seus projetos, as empresas formam consórcios para a construção da infraestrutura.

“ *PARA AVALIAR A VIABILIDADE DA OBRA, A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE COORDENA UM GRUPO TÉCNICO FORMADO POR REPRESENTANTES DE DIVERSOS ÓRGÃOS DO GOVERNO*

A empresa interessada em implantar ou ampliar uma rede deve apresentar à prefeitura a planta-índice, o projeto executivo, o memorial descritivo da obra, os planos de desvios de trânsito e o requerimento de licença de abertura. Para avaliar a viabilidade da obra, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente coordena um grupo técnico formado por representantes de diversos órgãos do governo, como o Departamento de Esgotos Pluviais e a Empresa Pública de Transporte e Circulação. O trabalho desse grupo impede que qualquer detalhe passe despercebido, desde os procedimentos quanto à abertura e recuperação do leito das vias até a compatibilidade do projeto com as redes de esgoto pluvial, sem esquecer nem mesmo as interrupções de tráfego necessárias durante a obra. Em alguns casos, como no das companhias de gás natural, exigem-se também Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA), a fim de se avaliar os efeitos

da obra sobre a vegetação e os riscos de acidentes. Uma vez aprovado o projeto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente concede uma licença de operação, que deve ser renovada anualmente.



A CIDADE EM REDE

Um dos principais resultados do licenciamento ambiental para redes de infra-estrutura é a construção da Infovia Procempa (Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre), implantada com os dutos, cabos de fibra óptica e caixas de passagem dados em pagamento à prefeitura pelo uso do subsolo. A infovia é uma rede de cabos de fibra óptica com extensão de 55 km, capaz de oferecer serviços de comunicação de dados, imagens, voz e Internet para toda a administração municipal de Porto Alegre. Outros 145 Km de dutos já construídos aguardam a ins-

talação de redes, tanto em bairros centrais quanto na periferia da cidade.

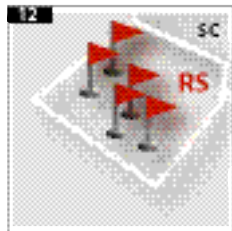
“

A INFOVIA ELIMINA
A NECESSIDADE DE VÁRIAS LINHAS
TELEFÔNICAS PARA A
COMUNICAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS
MUNICIPAIS, PROPICIANDO
UMA ECONOMIA ANUAL DE
R\$ 1,7 MILHÃO

Graças à infovia, os diversos órgãos públicos municipais estão integrados numa rede de telefonia digital, o que elimina a necessidade de várias linhas para a comunicação entre órgãos e secretarias, propi-

ciando aos cofres públicos uma economia anual de R\$ 1,7 milhão em contas telefônicas. A interligação também proporciona maior agilidade para a gestão financeira e orçamentária, o monitoramento dos transportes, o gerenciamento e o controle do sistema de saneamento, etc. Uma parceria entre a Procempa e a Secretaria Municipal de Saúde deve possibilitar brevemente que as informações sobre os pacientes estejam disponíveis *on line* para todos os hospitais da rede pública. Na área da educação, a infovia permite ampliar a informatização das escolas municipais. Microcomputadores interconectados na infovia também estão instalados em centros sociais, parques, associações de bairro, etc. – os chamados telecentros. Com a Infovia Procempa também foi possível agilizar a ampliação dos canais de participação popular: pela internet, os cidadãos podem apresentar as suas demandas no processo do Orçamento Participativo.

Limpeza Pública e Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final do Lixo



Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos - CITRESU

Área de implantação:

Dez municípios do Rio Grande do Sul

Instituição: Citresu

Contato: Zilá Maria Breitenbach

Endereço: BR 468, Esquina RS 207

Bom Progresso, RS - cep: 95575-000

tel: (55) 9962-4789

O LIXO É DE TODOS

DEZ MUNICÍPIOS GAÚCHOS
SE UNEM PARA FAZER A
COLETA SELETIVA E A
RECICLAGEM DO LIXO,
ALÉM DE CONSTRUIR UM
ATERRO SANITÁRIO

Como grande parte dos municípios brasileiros, Três Passos (RS) enfrentava problemas com a coleta e a destinação do lixo. Os resíduos gerados por seus 18 mil habitantes tinham de percorrer 105 quilômetros até um “lixão” localizado em Palmeira das Missões. Para isso, a prefeitura gastava cerca de R\$ 240 mil por ano, aproximadamente 3,5% de seu orçamento, correndo o risco de ser multada pelo Ministério Público por descumprir as leis ambientais. Pequenos municípios de base agrícola, como Três Passos, nem sempre têm recursos e áreas livres suficientes para a construção de um aterro sanitário, conforme determina a legislação.

A solução começou a aparecer quando o governo local procu-



rou unir esforços com seis municípios vizinhos, que se deparavam com a mesma situação. O objetivo era dar uma destinação adequada aos resíduos e reduzir os gastos com a coleta. As conversas entre os prefeitos e a captação de recursos levaram mais de um ano, inclusive porque as negociações tiveram de ser retomadas após as eleições municipais de 2000 – três dos sete prefeitos não se reelegeram. Nem por isso a idéia foi esquecida:

afinal, desde abril daquele ano as prefeituras já haviam formalizado a criação do Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (Citresu).

Atualmente, o Consórcio inclui 10 municípios, com uma população total de 149 mil habitantes. A experiência funciona tão bem que outras prefeituras manifestaram a intenção de fazer parte do Consórcio, mas o grupo estabeleceu o limite de 10 integrantes. Concluiu-se que um número maior de consorciados poderia prejudicar a capacidade de articulação entre as prefeituras, além de sobrecarregar o aterro sanitário que substituiu o antigo “lixão”. Nada impede, porém, que outros consórcios sejam formados, possibilitando negociar melhores preços junto aos compradores de material reciclável e diminuir o custo do transporte desse material.



RESULTADOS INESPERADOS

Agrupados no Citresu, os municípios fizeram um convênio com o governo gaúcho e com o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional da Saúde. O convênio possibilitou o financiamento do aterro sanitário e de uma central de triagem, construídos no município de Humaitá. A partir daí, cada prefeitura tratou de organizar a coleta seletiva em seu município, realizando campanhas para convencer a população a separar o lixo “seco” e o lixo “úmido” ou orgânico. A fim de sensibilizar os moradores, aciona-

Ciclo de Premiação 2002

ram-se os meios de comunicação de massa, principalmente as rádios locais, realizaram-se ciclos de palestras e espalharam-se *outdoors* pelas cidades.

Além disso, buscou-se o envolvimento das escolas, das igrejas e dos agentes comunitários de saúde, devido ao seu permanente contato com as famílias. Em Três Passos, também foram estabelecidas parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Conselho Municipal do Meio Ambiente, a Câmara de Indústria e Comércio, os Escoteiros e a companhia estadual de saneamento (Corsan), que capacitou seus funcionários para fazer um trabalho de sensibilização junto às escolas. Alguns municípios estabeleceram também convênios com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) para desenvolver programas de compostagem doméstica.

As campanhas de sensibilização fizeram tanto sucesso que obtiveram resultados inesperados. A limpeza urbana e a cooperação passaram a ser estudadas nas escolas da região. Numa delas, os alunos criaram uma cooperativa de reciclagem, que fabrica papel reciclado, caixas de presente e outros produtos.

Em cada um dos municípios do Consórcio, as prefeituras divulgam os dias de coleta do lixo "seco" e do lixo "úmido", previamente

separados pela população. Alguns municípios coletam os dois tipos de resíduos no mesmo dia, utilizando caminhões com dois compartimentos. Na zona rural, a coleta é feita a cada três meses, pois o volume de lixo "úmido" é muito

“
A LIMPEZA URBANA
E A COOPERAÇÃO SÃO TEMAS DE
ESTUDO NAS ESCOLAS; OS ALUNOS
DE UMA DELAS FORMARAM UMA
COOPERATIVA DE RECICLAGEM

pequeno: os agricultores reaproveitam a maior parte desses resíduos como adubo. Já o lixo "seco" das propriedades rurais fica acondicionado em galpões até a passagem do caminhão de coleta.

57



O TRABALHO DO CONSÓRCIO

Enquanto as prefeituras se responsabilizam pelas campanhas de sensibilização junto aos moradores e pela coleta do lixo, o Consórcio cuida da triagem, da separação e do destino final dos resíduos. As empresas responsáveis pela coleta transportam o lixo até a Central de Triagem, onde a parte "úmida" ou orgânica é depositada na composteira, que é o local onde esse tipo de resíduo se transforma em adubo. O lixo "seco" é depositado numa esteira, onde se faz a separação em vários grupos, de acordo com a de-

manda por recicláveis: papel, papelão, plástico branco, garrafas plásticas, PVC, vidro, alumínio, fio de cobre, madeira e lenha, sucata de ferro, plástico colorido, papel misto, bateria, válvula de gás e pilha.

Depois da triagem, o lixo é prensado, pesado e contabilizado. O material que sobra vai para o aterro sanitário. Quanto mais bem feita a separação domiciliar e a coleta municipal, tanto mais fácil é o trabalho de triagem, maior o volume de resíduos vendidos e menor a ocupação do aterro. Todo esse trabalho, incluindo a manutenção do aterro, ocupa 31 pessoas, que não são funcionárias públicas e sim contratadas pelo Consórcio, sob o regime da CLT.

O Citresu é administrado por uma assembléia de prefeitos (oito homens e duas mulheres), que se reúne a cada dois meses. O gerenciamento do dia-a-dia cabe a um coordenador, indicado pela assembléia. No total, foram investidos em obras e em terraplenagem R\$ 630 mil e a maior parte dos recursos veio da Fundação Nacional de

Saúde. Atualmente, os custos de manutenção do Consórcio estão orçados em R\$ 360 mil por ano, dos quais 35% devem ser cobertos pela venda de material reciclado. O restante é rateado entre os 10 municípios consorciados, de acordo com a população urbana de cada um.

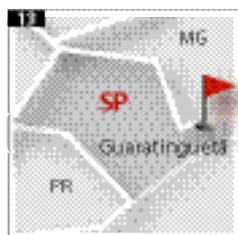
58 DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS NÃO IMPEDIRAM A UNIÃO DOS PREFEITOS

MUNICÍPIO	PARTIDOS NO GOVERNO	POP. (*)
Bom Progresso	PMDB/PTB	2.831
Braga	PPB/PDT	4.198
Campo Novo	PDT/PT	6.721
Crissiumal	PPB/PDT/PTB	15.180
Esperança do Sul	PTB	3.755
Humaitá	PPB/PTB	5.228
São Martinho	PMDB/PDT/PV	6.321
Sede Nova	PPB	3.208
Tiradentes do Sul	PPB/PTB/PMDB	7.497
Três Passos	PSDB/PMDB/PPB/PFL	24.656

(*) Fonte: IBGE

Três Passos, por exemplo, deve bancar cerca de R\$ 103 mil por ano, além dos custos com a coleta e com as campanhas de sensibilização dos seus moradores. Em troca, o município, assim como os demais consorciados, consegue reciclar 100% do lixo "úmido" e grande parte do lixo "seco", além de acabar com os "lixões" e com os danos ambientais que eles causavam. Nada mal para uma prefeitura que gastava R\$ 240 mil anuais só para ficar longe da sujeira.

Limpeza Pública e Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final do Lixo



Projeto Amigos do Lixo de Guaratinguetá

Área de implantação: Guaratinguetá, SP

Instituição: Cooperativa dos Catadores de Lixo

Contato: André Luís de Paula Marques

Endereço: R. Afonso Giannico, 700 – Guaratinguetá, SP

cep: 12525-160 - tel: (12) 532-3227

e-mail: alpmj@yahoo.de

OS ALIADOS DA NATUREZA

“CATADORES” DE
GUARATINGUETÁ (SP)
CONQUISTAM A CIDADANIA E
GARANTEM O SUCESSO DA
COLETA SELETIVA E DA
RECICLAGEM DE LIXO

No “lixão” de Guaratinguetá (SP), todos os dias uma grande quantidade de pessoas, inclusive crianças, disputava o material reciclável entre os resíduos produzidos pela cidade. O material acumulava-se numa área localizada a 8 km do centro da cidade e a 1 km do rio Paraíba.

O engenheiro André Luiz de Paula Marques, da Secretaria de Serviços Urbanos de Guaratinguetá, pretendia realizar um programa integrado de gestão de resíduos sólidos no município. Isso significava, entre outras coisas, a coleta seletiva e a reciclagem do lixo em toda a cidade, bem como a transformação do “lixão” em um aterro sanitário.

Sem esquecer a questão ambiental, a psicóloga e técnica social da Caixa Econômica Federal, Ana Marina Lourenço de Almeida, estava mais preocupada com a situação dos catadores, tanto no “lixão” como nas ruas de Guaratinguetá.

**MATERIAL COLETADO
PELOS AGENTES
AMBIENTAIS EM TONELADAS (*)**

Papel	55
Papelão	310
Plástico	180
Metal	90
Vidro	65
TOTAL	700

(*) Em 19 meses, do início do Projeto a março de 2002

Depois de se conhecerem, o engenheiro e a psicóloga iniciaram uma série de reuniões com diversos setores da sociedade civil e chegaram à formulação de um projeto para a coleta seletiva de lixo, a fim de melhorar as condições de trabalho dos catadores e envolver toda a comunidade na preservação do meio ambiente. Surgiu, assim, o Projeto Amigos do Lixo.



APELO À SOLIDARIEDADE

O planejamento do Projeto começou em julho de 2000 e contou com o apoio de muitos voluntários, incluindo estudantes, professores e empresários locais. O primeiro passo foi a realização de uma pesquisa sobre as pessoas que coletavam materiais recicláveis, averiguando-se sua condição socioeconômica e seus hábitos. Depois, foram feitas reuniões com os catadores para discutir as suas necessidades e expectativas, além das implicações sociais e ambientais da atividade que realizavam. As reuniões serviram também como forma de conscientizá-los sobre a importância de se organizarem para melhorar suas condições de trabalho.

Depois de uma avaliação a respeito do mercado de produtos recicláveis, iniciou-se a preparação da coleta seletiva, com a fabricação de 10 carrinhos manuais, financiados por um empresário local. O Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Guaratinguetá (SAAEG), juntamente com empresários do município, confeccionou 3 mil adesivos para divulgar o Projeto e 800 folhetos explicativos sobre como separar o material reciclável.

Com o apoio do Senac e do Sebrae, foi realizado o primeiro curso de capacitação profissional para os catadores, utilizando-se

Ciclo de Premiação 2002

a metodologia e o material fornecidos pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre). A estrutura do curso dividia-se em sete módulos: relações humanas, limpeza pública, saúde do catador, trânsito, reciclagem, princípios do cooperativismo e aspectos práticos da cooperativa.

Os catadores formados pelo curso passaram a ser chamados de "agentes ambientais", denominação que procura enfatizar o seu relevante papel na preservação do meio ambiente. Tendo superado o estigma de "pessoas que catam lixo", os agentes ambientais foram apresentados aos moradores da região de implantação do projeto-piloto, num trabalho que envolveu estudantes e cidadãos de vários segmentos da sociedade.

Para garantir que os moradores fizessem a separação dos materiais recicláveis, os responsáveis pelo Projeto destacaram o caráter social da iniciativa, apelando à solidariedade da população em relação aos agentes ambientais.. Os bairros foram divididos em rotas e cada agente ficou responsável por uma rota, de modo a ter um contato direto com os moradores e tornar-se conhecido entre eles. O espírito de solidariedade entre o morador e o agente ambiental é um dos principais fatores do sucesso obtido pelo Projeto.

Nas proximidades de cada uma das rotas há um Ponto de Entrega Voluntária (PEV), onde o agente ambiental guarda o seu carrinho e junta o material por ele coletado ou entregue voluntariamente pelos moradores da sua região. Até o momento, esses PEV's são áreas emprestadas por algum morador ou por instituições. Retirado periodicamente do PEV por um caminhão, o material é transportado à Central de Triagem, onde se faz a pesagem, a separação por tipo, a prensagem e o enfardamento para venda. Os agentes ganham por produção e há um rigoroso controle sobre a identificação do material que cada um coletou. Alguns agentes optaram por trabalhar na Central e ganham um salário fixo.

UTILIDADE PÚBLICA

O trabalho dos agentes reduz a quantidade de resíduos que vai para o "lixão"





O APOIO DA COMUNIDADE

Contando com 60 agentes ambientais e atendendo quase 60% da população do município, a iniciativa conquistou o apoio de empresas, instituições e da prefeitura. Esse apoio tem sido importante para que os agentes façam novas conquistas. Organizados na Cooperativa Amigos do Lixo, eles conseguiram um empréstimo do Banco do Povo (do governo estadual) e compraram um caminhão. As parcelas do empréstimo são pagas com o dinheiro da venda do papelão coletado na Basf, uma das maiores empresas da região.

A prefeitura, por outro lado, emprestou um terreno para que fosse construída a Central de Triagem Amigos do Lixo e um outro caminhão com motorista para complementar o transporte do material. Vários empresários doam ao Projeto material de construção, uniformes e equipamentos de segurança e alguns voluntários ministram um curso de alfabetização para os agentes ambientais que não sabem ler. Destaca-se a participação da Associação Comercial de Guaratinguetá, que tem mobilizado os empresários para o apoio ao Projeto.

Os agentes ambientais participam frequentemente de festas e eventos para divulgar o Projeto e recolher materiais recicláveis. Os coordenadores, por sua vez, dão palestras em escolas e empresas, a fim de

“ OS ANTIGOS “CATADORES”

AGORA GANHAM BEM MAIS,
RECUPERARAM SUA AUTO-ESTIMA E
CUIDAM MELHOR DA HIGIENE

buscar novos parceiros. A conquista de mais parcerias possibilitará que a coleta seletiva alcance todos os bairros do município. Segundo as estimativas, essa meta requer a participação de aproxima-

damente 100 agentes ambientais, a construção de mais duas Centrais de Triagem (o terreno para uma delas já foi cedido pela Prefeitura) e a compra de mais um caminhão. Os planos para o futuro incluem ainda a construção de estruturas padronizadas para os PEV's, que hoje funcionam em garagens e galpões emprestados.

Os resultados alcançados até o momento permitem supor que o Projeto atingirá essas metas. Sua implantação mudou o comportamento e as expectativas dos agentes ambientais, que agora ganham bem mais do que quando passavam os dias no “lixão” de Guaratinguetá. Recuperaram sua auto-estima e passaram a cuidar melhor da higiene e da aparência pessoal. Grande parte abandonou o alcoolismo e alguns estão investindo em melhorias nas suas residências, enquanto planejam a aquisição da casa própria. Os agentes, antigos “catadores”, não sentem mais vergonha de sua atividade, pois agora têm consciência da relevância do serviço que prestam ao município.



Projeto Movimentos das Mulheres Empreendedoras

Área de implantação: Estado do Ceará

Instituição: Centros Comunitários da
Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado

Contato: Salete Maria Salomoni

Endereço: R. Soriano Albuquerque, 230
Fortaleza, CE - cep: 60120-002 - tel: (85) 263-3900
e-mail: socorroponjitorri@bol.com.br

DO ARTESANATO À CIDADANIA

GOVERNO DO CEARÁ
RESGATA A AUTO-ESTIMA
DE MULHERES POBRES
COM UMA INICIATIVA QUE
VAI MUITO ALÉM DA
GERAÇÃO DE RENDA

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) as mulheres são maioria no setor informal da economia brasileira, uma vez que enfrentam dificuldades de inserção no mercado formal. Ao mesmo tempo, estudos demográficos demonstram um aumento do

número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Em Fortaleza, as mulheres formavam a maior parte do público beneficiário de um projeto de mobilização social e geração de emprego e renda, executado em favelas no início da década de 90. Realizado por meio de uma parceria entre o governo es-

tadual, a prefeitura e a agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o projeto enfatizava o desenvolvimento urbano dos bairros pobres de Fortaleza, mas acabou tendo, como um de seus resultados, a organização e a mobilização femininas.

Na comunidade de Goiabeiras, por exemplo, formou-se um grupo de mulheres que se encontrava semanalmente em um dos Centros Comunitários mantidos pelo Estado. Elas discutiam os problemas da comunidade e realizavam trabalhos em grupo, aprendendo novas técnicas artesanais e ajudando-se mutuamente para aumentar a produtividade.

Em 1999, a Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social (SETAS) realizou uma pesquisa junto a mulheres que se formavam em seus cursos profissionalizantes e descobriu que elas tinham dificuldade para se inserir no mercado formal de trabalho. Na mesma época, grupos organizados de mulheres demandavam do poder público estadual apoio para iniciativas de geração de emprego e renda. Como resultado dessas pressões e do diagnóstico efetuado pela Secretaria, foi criado o Projeto Movimento das Mulheres Empreendedoras, que promoveu a institucionalização e a replicação do movimento ocorrido em Goiabeiras.

“ O PROJETO TRABALHA
NÃO APENAS SOBRE OS
ASPECTOS RELACIONADOS À
PRODUÇÃO, MAS TAMBÉM
SOBRE A INSERÇÃO SOCIAL E O
COTIDIANO DAS MULHERES



CAPACITAÇÃO GERENCIAL

Por meio desse Projeto, o Estado do Ceará promove a auto-estima das mulheres (embora existam alguns poucos homens entre o público beneficiário), oferece capacitação gerencial para egressas de cursos profissionalizantes (realizados pelo Plano Estadual de Qualificação Profissional), apóia a comercialização do artesanato e de outros produtos e estimula o associativismo.

Focalizando as questões de gênero, o Projeto trabalha não apenas sobre os aspectos relacionados à produção, mas também sobre a inserção social e o cotidiano das mulheres. A integração das beneficiárias e o fortalecimento da identidade feminina transformam-se rapidamente em movimentos organizados de mulheres. O resgate da cidadania é considerado o primeiro passo para promover sua autonomia financeira.

Atualmente são beneficiadas quase 400 mulheres, em dez Centros Comunitários de Fortaleza, o que significa, segundo a coor-

Ciclo de Premiação 2002

denação do Projeto, 15% da clientela potencial. As ações incluem a oferta de cursos profissionalizantes, o ensino de técnicas artesanais, a capacitação gerencial e reuniões semanais denominadas "Encontros Marcados".

Nas reuniões, as mulheres tratam da organização dos eventos comerciais, trabalham em grupos e recebem noções básicas sobre temas específicos, como sexualidade, DST/AIDS e contracepção, violência doméstica e sexual, discriminação, gravidez e aborto na adolescência. Para falar sobre esses temas, técnicos do governo e agentes multiplicadores da comunidade passam por um processo de capacitação desenvolvido pelo Projeto Amor à Vida, uma iniciativa das secretarias de Trabalho e Assistência Social, de Educação Básica e de Saúde, com o apoio da Organização das Nações Unidas.

Alguns grupos aproveitam os "Encontros Marcados" para discutir também a construção de um Plano de Desenvolvimento Local Sustentável, com a assessoria de especialistas da Universidade Federal do Ceará, do Sebrae e da organização não-governamental Instituto de Revitalização para o Trabalho (IRT). Também são reali-

zadas oficinas que atuam no resgate da autoestima e de valores relacionados à cidadania e aos direitos fundamentais, além de oficinas de criatividade e eventos festivos.

No que se refere à capacitação profissional, as beneficiárias aprendem noções de gerenciamento, *marketing* e plano de negócios. Para promover a capacitação, o Projeto Movimento das Mulheres Empreendedoras conta com o apoio do Sebrae. Os cursos mensais, num total de 80 horas-aula, tratam de aspectos básicos da auto-sustentabilidade econômica dos pequenos negócios. O aprendiza-

do possibilitou maior organização produtiva para os grupos de mulheres, que dessa forma obtiveram ganhos de escala na compra de insumos e acesso ao crédito em condições especiais

O ORÇAMENTO ANUAL DO PROJETO É DE R\$ 140 MIL

FAT (Fundo de Amparo
ao Trabalhador)
R\$ 120 mil

Governo Estadual
R\$ 20 mil

Fonte: Secretaria do Trabalho e
Ação Social do Ceará



NOVOS PAPÉIS

A produção do tradicional artesanato cearense constitui a principal atividade das “mulheres empreendedoras”, embora algumas trabalhem com o fornecimento de alimentação e com outros produtos. O artesanato do Ceará tem influência indígena (trabalhos com barro, corda e palha), européia (renda e labirinto) e negra (cerâmica cozida). A junção dessas três culturas formou um mosaico artesanal extremamente rico e diversificado, com inserção no mercado nacional e internacional e com participação des-

tacada em feiras de grande porte em São Paulo e na Europa, além de ser uma das atrações turísticas do Estado.

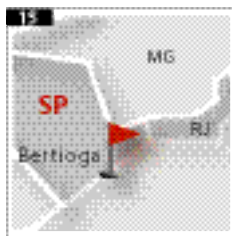
“
NO MUCURIPE,
O GANHO OBTIDO PELAS
MULHERES COM O ARTESANATO
CHEGA A SER MAIOR
DO QUE O CONSEGUIDO PELOS
HOMENS COM A PESCA

A produção artesanal das “mulheres empreendedoras” impulsiona a realização de feiras e outros eventos. O governo estadual estimula tais even-

tos como uma forma de apoiar a comercialização dos produtos. O Instituto Euvaldo Lodi, ligado à Federação das Indústrias do Estado do Ceará também fornece apoio logístico, técnico e financeiro à realização dos cursos e de algumas feiras. A Secretaria Estadual de Cultura e Desporto, por sua vez, auxilia a divulgação dos eventos e abre espaço para a comercialização dos produtos nas dependências do Centro de Arte e Cultura Dragão do Mar, situado em um local de grande afluência de turistas. Outra parceria foi estabelecida com a Universidade Federal do Ceará (UFCE): alguns professores atuam junto ao Movimento como consultores do plano de trabalho e promovem a capacitação do corpo técnico.

Os técnicos do governo estadual atuam como facilitadores para a organização dos grupos de mulheres nos diversos bairros, mas a partir de um certo ponto tais grupos ganham autonomia decisória e assumem uma feição diferente em cada local. Em todas as comunidades, porém, o impacto do Projeto vai além da geração de renda, promovendo a discussão sobre as questões de gênero e possibilitando que as mulheres assumam novos papéis dentro e fora de casa.

Na comunidade de Mucuripe, por exemplo, o ganho obtido pelas mulheres com o artesanato chega a ser maior do que o conseguido pelos homens com a pesca, dando a elas maior visibilidade e melhorando sua auto-estima. Na comunidade do Pirambu, uma das beneficiárias declarou: “eu sou homem e mulher na minha casa; sustento seis filhos”.



Projeto Jeju – Reflorestamento do Palmito

Área de implantação: Aldeia Indígena do
Ribeirão Silveira – Bertioga, SP

Instituição: Aldeia Indígena do Ribeirão Silveira

Contato: Vando dos Santos Karai

Endereço: R. Mestre Pessoa, 321 – Bertioga, SP
cep: 11250-000 - tel: (11) 9245-8124

OS DEFENSORES DA MATA

NO LITORAL PAULISTA,
ÍNDIOS GUARANIS
AJUDAM A PRESERVAR
UMA DAS ESPÉCIES
MAIS AMEAÇADAS DA
MATA ATLÂNTICA

Ameaçado de extinção, o palmito é uma das principais vítimas da devastação ocorrida na Mata Atlântica. O valor comercial da árvore, cada vez mais rara, estimula os palmiteiros clandestinos a entrarem na floresta com frequência, usando até a violência para se manter em atividade. Com o palmito desaparecem também os animais silvestres que dele dependem para se alimentar, como a capivara, a paca e o porco-do-mato.

A crescente dificuldade para encontrar a árvore e os animais

de caça foi percebida por índios guaranis do litoral paulista, que viviam da exploração do palmito juçara. "Era necessário andar até 8 km para encontrar palmitos no tamanho adequado para o corte", conta o índio Vando dos Santos Karai, da aldeia guarani do Ribeirão Silveira, em São Sebastião (SP).

Há 10 anos, Vando iniciou a coleta de sementes do palmito juçara na mata, plantando-as em um viveiro improvisado próximo à sua própria casa. A iniciativa logo ganhou a adesão da comunidade, dando origem ao Projeto Jeju, que em guarani significa palmito.

Vando procurou a Casa de Agricultura do Município de São Sebastião, em busca de orientação sobre qual a maneira adequa-

“ OS ÍNDIOS PLANTAM
HOJE OS FRUTOS QUE
ESPERAM CONSUMIR DEPOIS
DE ALGUNS ANOS E
AGUARDAM PACIENTEMENTE O
CRESCIMENTO DAS ÁRVORES

da de fazer o plantio. Ali, foi aconselhado a plantar também outras variedades de palmito: o pupunha, o açaí e o híbrido. Além da orientação, a Casa de Agricultura forneceu as primeiras 300 mudas de palmito pupunha, que tem um ciclo de

desenvolvimento mais rápido, para serem plantadas na aldeia e servirem como matrizes de sementes. Posteriormente, foram introduzidas mudas de palmito açaí e de palmito híbrido.

Além de fazer o replantio em sua própria aldeia, os guaranis do Ribeirão Silveira começaram a distribuir mudas para outras aldeias e a vender para clientes de fora da comunidade. Entre seus principais clientes estão as prefeituras de Bertioga e de São Sebastião e a Funai, que tem comprado mudas de palmito para estimular o plantio em outras aldeias. Na aldeia do Ribeirão Silveira, a quantidade de palmitos já é numerosa o suficiente para trazer de volta aves e outros animais que estavam desaparecidos.



A SEMENTE SE ESPALHA

O viveiro funciona de maneira bastante simples. Depois de coletadas na mata, as sementes são plantadas em sementeiras feitas com saquinhos plásticos. Após seis meses, quando atingem cerca de 20 centímetros, as mudas são doadas, vendidas ou transferidas para a terra, na própria aldeia. Uma parte das mudas se destina ao replantio de determinadas áreas da mata,

Ciclo de Premiação 2002

que se encontravam devastadas.

O trabalho é feito pela família de Vando e, em alguns momentos, em sistema de mutirão com o restante da comunidade, prática bastante comum na aldeia. Nesses mutirões, cabe ao líder organizar o trabalho e garantir a alimentação dos participantes. Chama a atenção o fato de que as pessoas não trabalham em troca de dinheiro ou de outras compensações econômicas. Contudo, eventualmente são agraciadas com mudas de palmito ou com pequenos presentes, como roupas e calçados.

Além disso, não existe o imediatismo tão comum no mundo dos brancos: os índios plantam hoje os frutos que esperam consumir depois de alguns anos e aguardam pacientemente o crescimento das árvores de palmito. O sentimento de pertencer ao território estimula essas ações de longo prazo.

Atualmente, a aldeia do Ribeirão Silveira possui dois viveiros, num total de aproximadamente 100 mil mudas. Desde o início do Projeto, cada comunidade da aldeia recebeu entre 500 e mil mudas. Ao todo, a aldeia conta com cerca de 350 pessoas comprometidas com o reflorestamento e com a esperança de uma exploração sustentável do palmito.

“
A INICIATIVA ACABOU
SE PROPAGANDO POR OUTRAS
COMUNIDADES GUARANIS DO
LITORAL E DE OUTRAS PARTES DO
ESTADO DE SÃO PAULO

A iniciativa acabou se propagando por outras comunidades guaranis do litoral e de outras partes do Estado de São Paulo. Nos últimos dois anos, receberam doações de mudas as aldeias

de Barragem (cerca de 500 habitantes) e Krucutu (150 habitantes), ambas na Grande São Paulo. A perspectiva é ampliar as doações para outras aldeias guaranis, como a de Peruíbe e a do Pico do Jaraguá, na capital paulista. A experiência também influencia escolas, indígenas e não indígenas, que visitam o Projeto e levam os alunos a plantar sementes de palmito.

69



A MULTA EDUCATIVA

Fruto da iniciativa de uma única pessoa, o Projeto Jejy conta hoje com o envolvimento de várias comunidades guaranis, que falam com orgulho da experiência. Vando Karaí tornou-se membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São

Sebastião, contribuindo para a conscientização de outros agricultores a respeito da preservação ambiental.

A iniciativa tem impacto também sobre o relacionamento entre a sociedade local e os guaranis. Eles eram vistos como um povo sujo, preguiçoso e indolente e agora são um exemplo de preocupação ambiental e trabalho coletivo, uma referência para toda a região. Essa transformação se traduz no apoio cada vez maior que a aldeia do Ribeirão Silveira recebe das prefeituras de São Sebastião e de Bertioga. Além de comprar parte da produção de mudas, as prefeituras doam saquinhos plásticos para a preparação das sementeiras.

A demanda das prefeituras aumentou ainda mais depois que os guaranis diversificaram a produção dos viveiros e passaram a

“
ALGUNS INFRATORES,
APÓS A VISITA AO VIVEIRO,
DEMONSTRAM VONTADE DE INICIAR
ALGUNS PLANTIOS E ABANDONAR
A EXTRAÇÃO ILEGAL

cultivar também plantas ornamentais, como helicônia e bastão-do-imperador, muito usadas em projetos paisagísticos no litoral. Com isso, o Projeto recebeu um aporte maior de recursos.

Em 2002, o iniciativa ganhou também uma verba do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa de Projetos Demonstrativos. O dinheiro foi repassado à entidade criada para coordenar o Projeto Jeý – a Associação Comunitária Indígena *Xe Ru Miri Mba' e Kaai* (Nosso Pequeno Pai Sábio) – e possibilitou a construção de um escritório. Vando dos Santos Karai pretende utilizar o local para arquivar documentos, informatizar os dados sobre o Projeto e agilizar os contatos com a clientela. Outra aquisição recente é a de uma máquina de fazer suco de açaí, que deve proporcionar nova fonte de renda para a aldeia. Entre os planos para o futuro, está a compra de um automóvel, para facilitar o transporte das mudas.

Um acordo com o juiz de Bertioga também tem contribuído para a ampliação das atividades. Os cortadores ilegais de palmito que são autuados devem, para cada palmito juçara cortado, repor 400 mudas. O juiz determina que eles comprem as mudas dos viveiros da aldeia, a um custo de R\$ 1,50 cada. O transgressor vai até a aldeia acompanhado do juiz, compra as mudas e conhece o trabalho dos índios, sendo estimulado a colaborar com o esforço de evitar a extinção da espécie. Alguns dos infratores, após a visita ao viveiro da aldeia, demonstram vontade de iniciar alguns plantios e abandonar a prática da extração ilegal.



Centro Integrado de Atendimento à Mulher

Área de implantação: Estado do Rio de Janeiro
Instituição: Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

Contato: Cecília Teixeira Soares

Endereço: R. Regente Feijó, 15 - Rio de Janeiro, RJ
cep: 22260-060 - tel: (21) 2299-2122
e-mail: ciam_cecilia@yahoo.com.br

UMA CASA DE RESPEITO

NO RIO DE JANEIRO, AS
MULHERES VÍTIMAS DE
VIOÊNCIA CONTAM COM UM
SERVIÇO QUE LHES OFERECE
A ASSISTÊNCIA SOCIAL,
PSICOLÓGICA E JURÍDICA,
ALÉM DO APOIO PARA INICI-
AR UMA VIDA NOVA

No ano 2000, foram regis-
trados nas delegacias especi-
alizadas de atendimento à
mulher do município do Rio
de Janeiro 24.603 crimes
contra mulheres, a maioria
praticados por pessoas da
própria família. Apesar de
elevado, esse número ainda
não revela a dimensão do
problema, pois em muitos
casos as mulheres não recor-

rem às delegacias de polícia para denunciar as agressões. Para
enfrentar essa situação, o governo do Estado criou o Centro
Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), que funciona
numa bonita casa de quase cem anos, restaurada e adaptada

a suas novas funções, no centro do Rio de Janeiro.

O CIAM faz parte de um conjunto de ações promovidas e coordenadas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), que tem a atribuição de assessorar, formular e monitorar políticas públicas destinadas à promoção da igualdade de gênero e ao combate à discriminação contra as mulheres. Vin-

“
AS REUNIÕES SÃO TALVEZ
TALVEZ O ÚNICO ESPAÇO EM QUE
ELAS PODEM COMPARTILHAR
SEUS SENTIMENTOS E REFLETIR
SOBRE OS VÁRIOS FATORES QUE
PERMEIAM AS RELAÇÕES VIOLENTAS

culado ao Gabinete Civil do governo do Estado, o CEDIM conta com um Conselho Deliberativo, composto por mulheres da sociedade civil, e com um corpo técnico permanente, formado por especialistas de diversas áreas. O órgão realiza estudos, pesquisas

e campanhas públicas, além de ser um espaço para a denúncia das situações de discriminação.

Como resposta à crescente demanda da população feminina que procurava o CEDIM em busca de ajuda psicossocial e jurídica para situações de violência, formou-se, em 1993, uma comissão para a implantação de um centro de atendimento, integrada por funcionárias do CEDIM e representantes do movimento organizado de mulheres. A comissão se inspirou na experiência do Pró-Mulher, primeiro serviço de atendimento interdisciplinar a mulheres vítimas de violência, que havia funcionado de 1988 a 1992 por meio de um convênio entre o CEDIM e a antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA).



UM PROBLEMA SOCIAL

Entre a elaboração do projeto e sua inauguração oficial, em março de 2001, passaram-se oito anos, durante os quais as sucessivas gestões do CEDIM trabalharam nas negociações para a aquisição e a reforma da casa, a contratação das funcionárias, a capacitação da equipe técnica, etc. Implantado inicialmente na sede do Conselho, o CIAM funcionou por dois anos como projeto-piloto, até mudar-se para sua sede própria.

A equipe do Centro é composta por 18 pessoas, todas mulheres. No atendimento direto às usuárias trabalham três assisten-

Ciclo de Premiação 2002

tes sociais, cinco psicólogas e duas advogadas. O projeto é gerenciado por uma Comissão de Monitoramento, também composta por mulheres.

O CIAM atende os casos de violência doméstica e sexual e de discriminação, oferecendo uma série de atividades de orientação e apoio, como grupos de reflexão, grupos jurídicos, atendimento aos filhos acompanhantes e disque-mulher. Os grupos de reflexão realizam encontros semanais, coordenados por psicólogas e assistentes sociais, que reúnem mulheres de diferentes idades, graus de instrução e camadas sociais. Tais encontros contribuem para concientizá-las de que o problema da violência não é individual, mas diz respeito à organização da sociedade, mostrando que compete também a elas a tarefa de promover mudanças.

As reuniões são talvez o único espaço em que, protegidas de seus agressores e de possíveis pressões familiares, essas mulheres podem compartilhar seus sentimentos e refletir sobre os vários fatores sociais, culturais e emocionais que permeiam as relações violentas. A experiência ajuda a resgatar a auto-estima e o poder de decisão das mulheres, geralmente fragilizadas pela exposição permanente aos maus tratos e assustadas com a possibilidade de novas agressões.

Os grupos jurídicos, coordenados pelas advogadas, reúnem-se semanalmente e buscam esclarecer dúvidas sobre os direitos das mulheres e os instru-

mentos legais de que elas dispõem, prepará-las para as audiências e incentivar o questionamento quanto aos limites e falhas na aplicação das leis aos casos de violência doméstica.

Ao mesmo tempo, a equipe do CIAM se empenha para aperfeiçoar a legislação que trata da violência doméstica, por meio de sua participação na Comissão de Segurança da Mulher, criada pelo governo estadual. O trabalho do grupo tem também o objetivo de consolidar as denúncias, pois muitas das mulheres que registram as ocorrências não dão seqüência ao processo, deixando de comparecer às audiências ou retirando a queixa, seja porque reataram com seus companheiros, seja por medo de represálias.

“ CURSOS DE QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL E DE
EMPREENDEDORISMO CONTRIBUEM
PARA ELIMINAR A DEPENDÊNCIA
ECONÔMICA DAS MULHERES



TRABALHO COM OS AGRESSORES

O Centro conta com uma rede formada por delegacias de mulheres, juizados especiais criminais, casas-abrigo, Defensoria Pública, hospitais, organizações da sociedade civil, etc. Algumas atividades são realizadas no próprio CIAM e outras são oferecidas pelas demais entidades que compõem a rede. Uma parceria com a Secretaria de Trabalho e com o Sebrae permite a oferta de cursos de qualificação profissional e de empreendedorismo, o que contribui para eliminar a dependência econômica das mulheres. O CIAM também atua junto aos agressores, encaminhando-os para grupos de reeducação e reflexão, organizados pelo Instituto NOOS, uma das ONGs parceiras do Centro.


O monitoramento das ações desenvolvidas pelo CIAM é feito por uma equipe de pesquisadoras, com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de

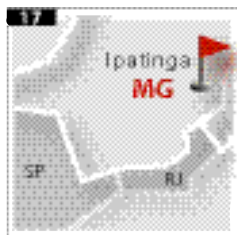
“ CERCA DE 500

MULHERES PARTICIPAM
MENSALMENTE DAS ATIVIDADES
INDIVIDUAIS E GRUPAIS PARA
ACOMPANHAMENTO
PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

Janeiro (FAPERJ). A pesquisa prevê a análise de dados e a comparação com outras experiências, objetivando a construção de indicadores de avaliação. Até o momento, foram concluídas as duas primeiras etapas da pesquisa, nas quais procurou-se traçar

o perfil e conhecer os tipos da violência de gênero, bem como os fatores que a causam. A terceira etapa deve incluir uma investigação sobre o impacto do trabalho desenvolvido pelo CIAM na vida cotidiana das mulheres que freqüentam ou freqüentaram o serviço. Espera-se que o conhecimento desses resultados contribua para aprimorar o serviço.

Desde 1999, o CIAM já atendeu aproximadamente 4 mil mulheres. Cerca de 180 foram encaminhadas para um emprego; enquanto quase 300 participaram dos cursos de qualificação profissional. Atualmente, chegam ao Centro, em média, 180 casos novos por mês, fazendo com que em torno de 500 mulheres participem mensalmente das atividades individuais e grupais para acompanhamento psicossocial e jurídico. A equipe observa nessas mulheres diversas manifestações de amadurecimento, crescimento e fortalecimento pessoal, como a volta aos estudos, a procura por uma vaga no mercado de trabalho e o retorno à vida social, com o restabelecimento de amizades e de atividades de lazer, além da retomada de vínculos familiares. Enfim, o início de uma vida diferente. 



Orçamento Participativo Interativo

Área de implantação: Ipatinga, MG

Instituição: Secretaria de Planejamento do Município

Contato: Walter Teixeira dos Santos Jr.

Endereço: R. Maria Jorge Selim de Sales, 100

Ipatinga, MG - cep: 35160-011 - tel: (31) 3829-8600

e-mail: walterjr@ipatinga.mg.gov.br

A DEMOCRACIA DIGITAL

PELA INTERNET, OS CIDADÃOS DE IPATINGA (MG) INDICAM OBRAS PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, VOTAM NAS QUE CONSIDERAM PRIORITÁRIAS E FISCALIZAM SUA EXECUÇÃO

O orçamento participativo é uma política pública adotada por um número cada vez maior de municípios, governados por diferentes partidos, embora nem sempre as prefeituras usem a mesma metodologia. Segundo uma pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP), 103 prefeituras brasileiras declararam utilizar o orçamento participativo, entre 1997 e 2000.

Em Ipatinga (MG) essa política foi instituída por lei em 1990 e tem se aperfeiçoado com o passar dos anos. A organização do orçamento participativo divide a representação dos 212 mil ha-

bitantes do município em oito Conselhos Regionais, que funcionam de forma articulada com o Conselho Municipal do Orçamento – todos regulamentados por um Regimento Interno aprovado em 1998. Anualmente, realiza-se um Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias (Compór), que em 2002 contou com a participação de mais de 5 mil pessoas.

Em 2001, o orçamento participativo de Ipatinga ganhou mais uma inovação: os recursos de interatividade oferecidos pela internet, associados ao sistema de geoprocessamento implantado no município desde 1997. A introdução do processo de indicação de prioridades

“
A INDICAÇÃO DE
PRIORIDADES E A VOTAÇÃO POR
MEIO ELETRÔNICO PERMITE AOS
CIDADÃOS ACOMPANHAR O ANDA-
MENTO DAS OBRAS E FISCALIZAR A
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

de votação por meio eletrônico, além de outros mecanismos que estão sendo desenvolvidos, permite aos cidadãos acompanhar o andamento das obras e fiscalizar a execução orçamentária, além de fornecer à prefeitura novos canais de co-

municação com a população. Neste ano, por exemplo, o 13º. Compór foi transmitido ao vivo pela internet e incluiu um “bate-papo” de duas horas de duração entre o prefeito e 149 internautas.



A EVOLUÇÃO DO SITE

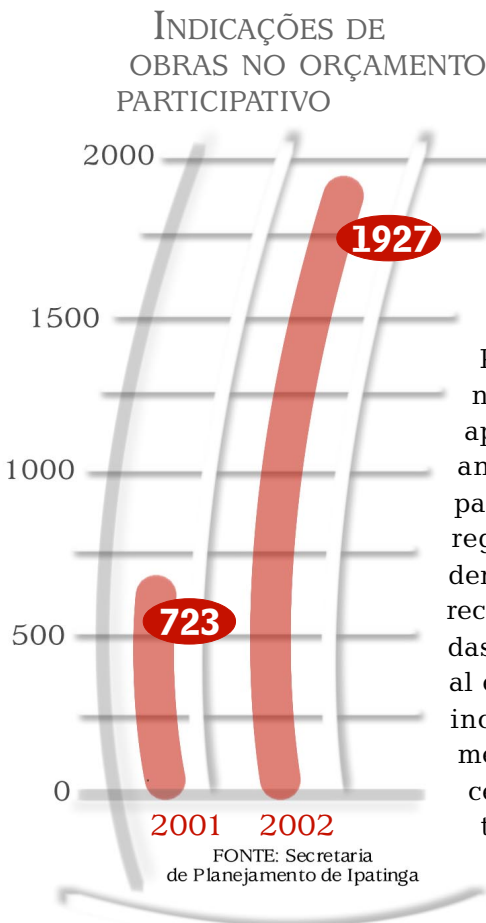
O *site* oficial do município existe desde 1997, mas inicialmente oferecia apenas informações de interesse geral sobre Ipatinga (história do município, agenda de eventos, prestação de contas da prefeitura, etc.) e apresentava os projetos desenvolvidos pelo governo municipal. Desde 1996, no entanto, Ipatinga já investia no geoprocessamento, uma moderna ferramenta para o planejamento da cidade. O geoprocessamento baseia-se em fotos aéreas do município, tiradas de avião ou de satélite, que são associadas a coordenadas geográficas e a informações sobre cada ponto do território.

No ano 2000, foi criado o *Portal do Cidadão* (www.ipatinga.mg.gov.br), desenvolvido por meio de uma parceria entre a Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura, o Serviço Municipal de Dados (Dataserv) e a empresa *Actcon*. O Portal inclui um *site* com as informações do geoprocessamento, o Guia do Cidadão, a Mídia do Cidadão (que utiliza recursos de áudio e vídeo em campanhas educativas e reportagens sobre os projetos da prefeitura), o *site* da Secretaria Municipal de Fazenda e o Perfil do Município.

Ciclo de Premiação 2002

A partir do ano seguinte, o Portal passou a incluir o *site* específico do orçamento participativo, também chamado “Compor”. A maior parte das páginas que compõem o *site* é interativa e a atualização acontece diariamente. Para se cadastrar como usuário do sistema, o internauta deve informar nome, endereço, escolaridade, data de nascimento, *e-mail*, etc. Se não possuir endereço eletrônico, o internauta é direcionado para os serviços de *e-mail* gratuito (BOL ou IG).

Depois de se cadastrar, o cidadão recebe uma mensagem automática do prefeito e um convite para participar das assembléias preparatórias do orçamento participativo. Todos os dias, são enviadas para o seu *e-mail* informações sobre o andamento do orçamento participativo e sobre outros eventos da prefeitura. De posse do *e-mail* e da senha, o cidadão pode indicar obras de melhoria na infra-estrutura do município e atuar como agente fiscalizador. Mesmo os usuários que estiverem em trânsito podem participar do processo, desde que previamente cadastrados.



||| | PARTICIPAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

As indicações das obras de melhoria da infra-estrutura são encaminhadas para análise pelo Departamento de Orçamento da Secretaria de Planejamento, que as encaminha ao órgão competente para apuração do custo de cada obra, antes de repassar a indicação para a respectiva administração regional. Obras vultosas e que demandam maior quantidade de recursos geralmente são discutidas no âmbito do Plano Plurianual e as obras de menor porte são incluídas no Plano de Investimentos, definido durante o processo anual do orçamento participativo.

Os usuários cadastrados como agentes fiscalizadores

podem selecionar as obras que desejam acompanhar, a partir de um leque de opções que abrange vários graus de interatividade. Podem, por exemplo, selecionar apenas uma obra, ou várias que estão sendo realizadas apenas no seu bairro, ou na sua regional, ou em várias regionais simultaneamente. Podem, ainda, acompanhar a execução de todas as obras que foram programadas. Como as obras são georreferenciadas (isto é, estão associadas às coordenadas geográficas do geoprocessamento), o sistema gera um mapa da região, fornecendo, além da localização exata de cada obra, a respectiva edição do Compor em que elas foram aprovadas. O *site* do orçamento participativo é alimentado por fotos que retratam o andamento das obras e fornece detalhes sobre o tipo de obra, dimensão, estágio, valor orçado e ano de definição.

Antes da realização do Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias, os cidadãos indicam pela internet as obras que consideram prioritárias e votam nas de sua preferência. Para que não haja duplicidade de votos, um banco de dados ligado ao sis-


“ DURANTE A FASE
DE INDICAÇÃO E VOTAÇÃO DE
PRIORIDADES, A PREFEITURA
OFERECE À POPULAÇÃO
COMPUTADORES CONECTADOS
AO PORTAL DO CIDADÃO

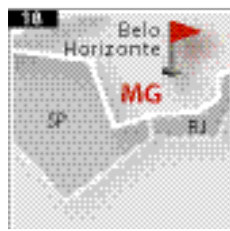
tema registra o voto de cada usuário, permitindo associar as indicações ao perfil do usuário, gerado durante seu cadastramento.

Segundo a Secretaria de Planejamento, em 2001 houve um aumento de 44,6% no número de indicações de obras a

serem priorizadas no orçamento participativo. Das 723 indicações, 17% foram feitas através do *site* do Compor, inaugurado naquele ano. Em 2002, o número aumentou 166%, atingindo um total de 1927 indicações de obras. Destas, 70% foram feitas por intermédio do *site*.

Com todo o processo do orçamento participativo, a Prefeitura de Ipatinga gasta cerca de R\$ 212 mil por ano, o que corresponde a menos de 10% do total destinado ao Plano de Investimentos. O *design* e o desenvolvimento do *site* Compor custaram R\$ 10 mil, mais R\$ 2 mil por ano para a manutenção e a atualização.

Durante a fase de indicação e votação de prioridades, a Prefeitura oferece à população computadores conectados ao Portal do Cidadão. Monitores treinados auxiliam as pessoas a utilizar esses computadores. A fim de possibilitar que um número maior de cidadãos tenha acesso à internet e participe do processo, a Prefeitura está em negociação com o BNDES para prover todas as escolas municipais com laboratórios de informática, que poderão funcionar inclusive nos finais de semana, atendendo aos jovens e adultos. 



Comissão Perinatal de Belo Horizonte

Área de implantação: Belo Horizonte, MG

Instituição: Secretaria de Saúde do Município

Contato: Sônia Lansky

Endereço: Av. Afonso Pena, 2336 – 5º andar

Belo Horizonte, MG - cep: 30130-007

tel: (31) 3277-7796 - e-mail: slansky@uol.com.br

SEGURANÇA NA HORA DO PARTO

A CAPITAL MINEIRA REDUZ
A MORTALIDADE MATERNO-
INFANTIL GARANTINDO
O ACESSO AO PRÉ-NATAL E
MELHORANDO O ATENDI-
MENTO NOS HOSPITAIS

Preocupados com a grande quantidade de mortes de mulheres e bebês durante a gravidez, o parto e os primeiros meses de vida das crianças, representantes da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte e da sociedade civil organizada formaram em 1993 uma

Comissão, encarregada de estabelecer parâmetros de atendimento às gestantes e aos recém-nascidos.

Ainda naquele ano, a Comissão Perinatal de Belo Horizonte tomou algumas medidas com o objetivo de garantir o acesso aos serviços de pré-natal. O acompanhamento da gestação passou a ser feito em todos os 130 postos de saúde. Juntamente com a implantação do agendamento das consultas, essa providência

diminuiu a necessidade de as gestantes se deslocarem para conseguir atendimento, além de assegurar a continuidade da atenção durante toda a gravidez.

Os profissionais de enfermagem, que estavam restritos aos serviços burocráticos, começaram a ter maior participação no acompanhamento ao pré-natal, exercendo realmente a função para a qual foram treinados. A atuação desses profissionais contribuiu para diminuir a sobrecarga de trabalho dos médicos e o tempo de espera pelo atendimento.

Passou-se a garantir a realização dos exames e o fornecimento da medicação indicada para o pré-natal, bem como do suplemen-

to nutricional para grávidas e lactantes. As futuras mães receberam uma bolsa, uma agenda e um material informativo sobre a gravidez.

“ O ACOMPANHAMENTO
DA GESTAÇÃO PASSOU A SER FEITO
EM TODOS OS 130 POSTOS
DE SAÚDE, DIMINUINDO
A NECESSIDADE DE AS GESTANTES
SE DESLOCAREM

Finalmente, o conjunto de providências adotadas pela Comissão Perinatal completou-se com a vinculação da

gestante ao hospital onde será realizado o parto e com a garantia do acesso ao pré-natal de alto risco para todos os casos necessários. A implementação destas duas últimas medidas, porém, revelou-se uma tarefa extremamente difícil, esbarrando em diversos problemas estruturais e operacionais.



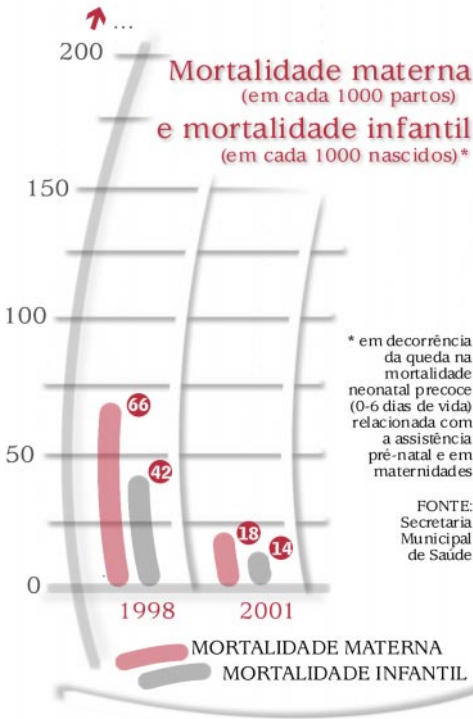
DESCOBRINDO AS FALHAS

Para a superação desses problemas, a Comissão Perinatal contou com a ajuda do Comitê de Prevenção do Óbito Materno e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Perinatal. Articulando-se com diferentes setores da Secretaria, os comitês investigam os fatores, nos serviços de saúde, que determinam ou contribuem para as mortes evitáveis de mulheres e bebês.

A investigação levanta dados sobre o atendimento e as condições de vida da gestante, revelando exatamente em qual elo da cadeia de prestação dos serviços acontecem falhas. Tais informações subsidiam todo o processo de estudo, monitoramento e tomada de decisão.

O trabalho começa com um *motoboy*, que percorre diariamente os cartórios da cidade recolhendo as Declarações de Óbito. Dessa forma, informações cuja apuração levaria semanas ou meses podem ser conseguidas em poucos dias. A fim de assegurar a confiabilidade das Declarações, a Secretaria de Saúde produziu um informativo

Ciclo de Premiação 2002



para ajudar os médicos a preencher o documento, com a classificação exata da *causa mortis*.

Ao receber as Declarações de Óbito, o setor de Epidemiologia da Secretaria de Saúde separa os óbitos maternos e perinatais, selecionando, para averiguação, as mortes de mulheres em idade fértil (entre 10 e 49 anos), que possam estar relacionadas à gravidez. Em relação às crianças, são averiguados os casos das que faleceram nos primeiros 27 dias de vida e que ao nascer pesavam pelo menos 2 kg (1,5 kg para óbi-

tos ocorridos em hospitais que atendem partos de alto risco), excluindo-se os bebês com malformações congênitas.

Feita a seleção inicial, a investigação chega aos distritos sanitários de Belo Horizonte, de acordo com o local onde residia a gestante ou onde ocorreu o óbito (se ela não for moradora do município), incluindo uma pesquisa nos prontuários do hospital em que se deu o atendimento e uma visita aos familiares, para entender melhor suas condições de saúde e de vida.

As informações obtidas servem para auxiliar as decisões da Comissão Perinatal e mostrar onde é preciso intervir, a fim de garantir a qualidade do atendimento em cada etapa do processo. Como os dados são desagregados por distrito sanitário e por estabelecimento de saúde, é possível saber ainda em que posto e até com quais profissionais o pré-natal foi feito. Do mesmo modo, pode-se determinar os procedimentos efetuados no hospital onde se realizou o parto, possibilitando que os casos ocorridos em cada local sejam discutidos pelas equipes do próprio serviço.



A LUTA PELA QUALIDADE

Essa discussão, baseada em fatos concretos, fortalece a equipe, estabelecendo uma avaliação isenta de medos e culpas, voltada à

superação das dificuldades. O processo contribui para evitar a repetição dos erros que causaram a morte da mãe ou do bebê.

Foi o desenvolvimento dessa metodologia que permitiu à Comissão Perinatal de Belo Horizonte alcançar, por fim, a solução para os problemas do atendimento às gestações de risco e para a dificuldade de estabelecer a vinculação da gestante ao hospital onde haverá o parto. Até então, encontrar uma maternidade onde dar à luz era responsabilidade da própria gestante, que às vezes chegava a percorrer até cinco hospitais.

Um dos principais obstáculos ao atendimento provinha da baixa quantidade de leitos para recém-nascidos. Diante dessa constatação, a Secretaria de Saúde decidiu investir no aumento

“**A FIM DE MELHORAR**


**A QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA,
CRIARAM-SE PARÂMETROS PARA O
ATENDIMENTO NOS HOSPITAIS**

da quantidade de leitos e repassou recursos a diversas maternidades para o atendimento da demanda de alto risco.

Os centros de saúde tornaram-se a única porta de entrada do sistema para os serviços de pré-natal, parto e puerpério, ficando responsáveis por

indicar à gestante o hospital onde será feito o parto. Duas centrais de atendimento, informatizadas, recebem os pedidos e buscam vaga para internação, além de cuidar do agendamento das consultas.

A fim de melhorar a qualidade da assistência, criaram-se parâmetros para o atendimento em todos os hospitais. Das 16 maternidades que operavam no município, cinco foram consideradas abaixo da crítica. Destas, uma foi descredenciada e quatro deixaram de receber pacientes até que seus serviços fossem reformulados. Para isso, a Comissão Perinatal contou com o importante respaldo da Vigilância Sanitária, que aperfeiçoou seus instrumentos de avaliação examinando cada etapa de todos os processos realizados junto à paciente. Também contribuiu muito para as atividades da Comissão Perinatal a atuação dos supervisores hospitalares, que acompanham o dia-a-dia dos hospitais, muitas vezes se antecipando às investigações de óbito.

Em fevereiro de 2002, começou a funcionar o Programa de Saúde da Família (PSF), que deve fortalecer o serviço dos centros de saúde e ampliar o acesso ao sistema. Desde seu início, o Programa aumentou em 60% o número de gestantes que fazem o pré-natal. A Comissão acredita que o Programa de Saúde da Família facilitará a eliminação das mortes evitáveis de mães e bebês. 



Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Ostomia

Área de implantação: Rio de Janeiro, RJ

Instituição: Instituto Municipal de Medicina Física e Reabilitação Oscar Clark

Contato: Tânia das Graças de Souza Lima

Endereço: R. General Canabarro, 345
Rio de Janeiro, RJ

cep: 20271-200 - tel: (21) 2569-1419

e-mail: infoclark@pcrj.rj.gov.br

UM BASTA AO DESCONFORTO

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AJUDA OS PORTADORES DE OSTOMIA DO RIO DE JANEIRO A TER UMA VIDA NORMAL

Pouca gente conhece o drama dos portadores de ostomia, mas só no Rio de Janeiro há cerca de 3 mil pessoas nessa condição. Ostomia é o procedimento cirúrgico para a construção de uma nova saída de fezes e urina. São várias as razões pelas quais uma

pessoa pode necessitar de ostomia: lesões por armas de fogo, tumores, acidentes, etc. Atualmente, esse tipo de intervenção se realiza pela criação de um ostoma, ou estoma, que é uma abertura na parede abdominal, por onde são expelidas as fezes e a urina. A abertura não pode ser controlada voluntariamente e por isso o paciente precisa andar com uma bolsa coletora.

No Rio de Janeiro, o Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Ostomia presta assistência aos ostomizados, com acompanhamento multidisciplinar aos pacientes e distribuição gratuita de bolsas coletoras. Antes do Programa, havia pessoas que, não conseguindo a doação de bolsas pelas associações de ostomizados,

“ SÃO VÁRIAS AS RAZÕES
PELAS QUAIS UMA PESSOA
PODE NECESSITAR DE OSTOMIA:
LESÕES POR ARMAS DE FOGO,
TUMORES, ACIDENTES, ETC.

utilizavam-se das embalagens plásticas de leite para simular a bolsa coletora, fixando-os com cola ou barbante. No caso das crianças, as fraldas eram colocadas no cólon.

Uma pesquisa realizada no final de 1993 pela Sociedade Brasileira de Ostomizados (SBO) constatou que 36% deles não haviam sido informados previamente de que teriam necessidade de um estoma e 37% não tinham recebido dos profissionais de saúde informações sobre como cuidar do estoma. O levantamento apurou também que 54% dos pacientes enfrentavam dificuldades para obter o material adequado à sua ostomia e

58% dos familiares entrevistados diziam não saber o que era uma ostomia.

No início da década de 90, a Associação dos Ostomizados do Rio de Janeiro (AORJ) iniciou uma mobilização para que fosse implantado, no sistema de saúde, um programa específico de atendimento a esse público. Depois de cinco anos de luta, o movimento conseguiu que a Prefeitura criasse o Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Ostomia.

Criado o Programa, faltava definir a unidade de saúde onde se daria o atendimento especializado. Muitas unidades rejeitaram sediar o Programa, até que o então diretor do Instituto Municipal de Medicina Física e Reabilitação Oscar Clark (IOC) aceitou o desafio e encampou a experiência. No próprio Instituto houve grande insatisfação e parte do quadro de enfermagem se transferiu para outras unidades, antes de iniciar-se a implementação do atual modelo de atendimento.

No início do Programa, havia um local para guardar os materiais (bolsas coletoras, etc.) e um consultório para o atendimento. As próprias enfermeiras realizavam o pedido do material, a

Ciclo de Premiação 2002

especificação das bolsas, a entrega, o controle do estoque e o atendimento dos beneficiários.

Atualmente, o Programa conta com dois consultórios, uma área separada para a dispensação e outra para o estoque, além de funcionários que cuidam apenas do controle do estoque e da entrega das bolsas. Um dos motivos para a mudança foi a necessidade de liberar as enfermeiras para a consulta dos pacientes, aumentando o número de consultas.

Em 1996, criou-se uma instância colegiada de decisão – o Conselho Técnico – que tem amplos poderes decisórios sobre as ações do Programa. Presidido por um representante dos beneficiários, o Conselho é composto por um representante da rede assistencial e um do Instituto Oscar Clark, além de um professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e uma das enfermeiras especialistas líderes do Programa. Desde sua implantação, em 1996, o Conselho vem tendo importante atuação no Programa, tornando-se o principal responsável por decisões de planejamento e normatização das ações, bem como de questões orçamentárias.

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS

- 58% são do sexo feminino
- 76,1% têm entre 40 e 79 anos
- 57,6% ganham até R\$ 720,00

versidade Federal do Rio de Janeiro e uma das enfermeiras especialistas líderes do Programa. Desde sua implantação, em 1996, o Conselho vem tendo impor-

tante atuação no Programa, tornando-se o principal responsável por decisões de planejamento e normatização das ações, bem como de questões orçamentárias.



A CAMINHO DE UMA VIDA NORMAL

Os principais objetivos do Programa são: a assistência universalizada ao portador de ostomias, a criação de um centro de referência na rede de reabilitação do município, a prestação de um acompanhamento multidisciplinar (com nutricionistas, psicólogos, etc.) e a garantia da distribuição gratuita de equipamentos. Pretende-se, ainda, por meio do Instituto Oscar Clark, desenvolver novas práticas de atendimento e disseminá-las pela rede pública de saúde.

O Programa distribui uma média mensal de 13.500 bolsas coletoras para seus beneficiários e faz o acompanhamento dos pacientes, realizando atividades de orientação para o autocuidado e oferecendo suporte psicológico e nutricional. O Instituto mantém, inclusive, uma base de dados epidemiológicos dos pacientes.

O conjunto de atividades desenvolvidas pelo órgão inclui ainda a realização de pesquisas de satisfação do usuário, a especificação dos materiais (com a participação dos beneficiários), as visitas domiciliares e as reuniões para discussão de casos específicos.


Para garantir a adesão dos pacientes ao Programa, há uma consulta obrigatória a cada seis meses. Paralelamente às consultas, formaram-se grupos de integração, de educação alimentar e de orientação psicológica. Tal orientação destina-se aos novos pacientes e tem periodicidade mensal. Em caso de necessidade, o paciente é encaminhado para um acompanhamento regular pela equipe de psicologia.

Diversas demandas dos usuários chegam ao conhecimento das autoridades competentes por intermédio do Conselho Técnico que, além disso, avalia os equipamentos e o processo de trabalho. Sua atuação é fundamental para enxugar as despesas e melhorar o atendimento.

Atualmente, o Conselho trabalha com a perspectiva de melhorar o serviço de atendimento domiciliar, capacitar os profissionais dos serviços hospitalares para compreender o que acontece com o portador de ostomia e melhorar a interface entre o programa e as unidades hospitalares do município. Esta última preocupação tem origem no fato de que, como muitas das cirurgias são em caráter de emergência, os procedimentos de alta hospitalar deixam a desejar, pois não oferecem ao paciente informações completas sobre os serviços de reabilitação.

“ O PROGRAMA BUSCA
TAMBÉM A RESSOCIALIZAÇÃO
DOS PACIENTES E O RETORNO ÀS
SUAS ATIVIDADES COTIDIANAS

Indo além do atendimento médico propriamente dito, o Programa busca a ressocialização dos pacientes e o retorno às suas atividades cotidianas. Para isso, procura-se adequar os equipamentos a fim de que os usuários possam retomar, inclusive, sua vida profissional, afetiva e sexual. A importância dessa questão pode ser avaliada quando se leva em conta que a maioria dos pacientes tem mais de 40 anos e passa a ocupar postos precários no mercado de trabalho. Ademais, o baixo nível de instrução da maior parte dos beneficiários leva-os a executar trabalhos braçais.

O Instituto Oscar Clark agora trabalha com um projeto-piloto que permite a determinados pacientes o controle da eliminação de fezes, dispensando a necessidade de bolsas coletoras. 



Conselhos Comunitários de Defesa Social

Área de implantação: Estado do Ceará

Instituição: Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania

Contato: Franklin de Freitas Lopes

Endereço: R. Silva Paulet, 334

Fortaleza, CE - cep: 60120-020 - tel: (85) 248-2807

e-mail: franklin.lopes@bol.com.br

A POLÍCIA PARTICIPATIVA

O CEARÁ IMPLANTA
UMA NOVA POLITICA DE
SEGURANÇA PÚBLICA,
COM PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA E MÚLTI-
PLAS AÇÕES SOCIAIS
PARA COMBATER AS
CAUSAS DA VIOLÊNCIA

O crescimento da violência no Brasil tem levado os especialistas a defender uma nova concepção de segurança pública. De acordo com essa abordagem, a segurança deixa de ser um assunto exclusivamente policial, passando a envolver diversas áreas da administração pública, os três níveis de governo e a sociedade civil.

Foi com base nessa perspectiva que o governo do Ceará, por meio da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, criou o Programa Conselhos Comunitários de Defesa Social, no final da década de 90. Um decreto estadual determinou a implementação des-

ses Conselhos em todos os municípios cearenses, estipulando critérios para sua gestão. O Programa tem como principal objetivo a aproximação entre a sociedade civil e os órgãos de segurança pública, somando esforços e dividindo responsabilidades para combater as causas da violência a partir de ações integradas na área

social. O maior desafio é transformar o papel da polícia, com a participação da comunidade: ao invés de atuar apenas como um agente da repressão, o policial passa a se orientar para a prevenção.

“
O MAIOR DESAFIO
É TRANSFORMAR O PAPEL
DA POLÍCIA: AO INVÉS DE ATUAR
APENAS COMO UM AGENTE DA
REPRESSÃO, O POLICIAL PASSA A SE
ORIENTAR PARA A PREVENÇÃO

Os Conselhos Comunitários de Defesa Social são formados por diversos segmentos da co-

munidade (estudantes, profissionais liberais, professores, aposentados, lideranças comunitárias, lideranças religiosas, empresários, donas-de-casa, representantes dos órgãos de segurança pública, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, de organizações não-governamentais, dos municípios, etc.). A eleição dos conselheiros é precedida por ampla divulgação junto à população local. Durante os Encontros Regionais e Estaduais dos conselheiros, eles trocam experiências, avaliam as ações, divulgam os projetos executados e elaboram novas estratégias para o ano seguinte.



O PAPEL DA ESCOLA

Em quatro anos, foram criados cerca de 850 Conselhos (reunindo 15 mil “voluntários da paz”), espalhados pelos 184 municípios do Estado, com ramificações que abrangem bairros, distritos, vilas e povoados. Foram criados também os *CCDS Juvenis*, por iniciativa da própria comunidade, com o apoio da Diretoria da Cidadania da Secretaria de Segurança Pública. Atualmente, cerca de 300 jovens participam desses Conselhos, engajados na promoção de uma “cultura da paz” e da solidariedade.

Cada Conselho atua de acordo com as circunstâncias locais. Alguns construíram, com recursos da comunidade, edificações que incluem biblioteca, salas de aula para oficinas artísticas e de formação profissional, creches e uma área reservada para o atendimento jurídico à comunidade – por meio de advogados voluntários. Outros alugaram um local e conseguem mantê-lo a partir de parcerias firmadas com empresas e com doações dos próprios conselheiros. Alguns Conselhos funcionam em salas cedidas pelo

Ciclo de Premiação 2002

poder público estadual e municipal e muitos outros ainda não dispõem de local para realização de seus encontros, que ocorrem em espaços públicos, como praças.

A atuação dos Conselhos atribui um papel estratégico às escolas, onde são desenvolvidas muitas atividades ligadas à prevenção da violência e do uso de drogas. Existem vários projetos para o público adolescente: cursos de música, teatro, artesanato, torneios desportivos, capoeira, cursos de iniciação ao mercado de trabalho, cursos de informática, cursos

O PROGRAMA ESTÁ DIMINUINDO OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA NO CEARÁ

OCORRÊNCIAS	1999	2000	2001
Homicídio com arma de fogo	27	24	17
Roubo de cargas	32	0	7
Roubo a pessoas	41	21	18
Armas de fogo apreendidas	1067	2326	3526
Tráfico de drogas	11	7	8

Obs.: os números referem-se a onze municípios de uma área circunscricional da polícia cearense

de línguas, seminários de valorização da vida, oficinas de sensibilização, concursos literários e de artes visuais, etc.

Os próprios jovens for-

mulam e executam os projetos, desenvolvendo habilidades gerenciais e ganhando autonomia e responsabilidade. Outras ações são realizadas em parceria com órgãos do governo e entidades da sociedade civil, como as Caravanas da Defesa Social. Além dos Conselhos Comunitários de Defesa Social, as Caravanas envolvem as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros; diversas secretarias estaduais, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar. Tais eventos incluem campanhas preventivas nas escolas e a repressão ao tráfico, com blitz policial nas estradas e operações de identificação dos pontos de venda de drogas nos bairros.



ATUAÇÃO EM VÁRIAS FRENTES

Reconhecendo que a segurança pública relaciona-se com muitas outras questões, como a falta de acesso a serviços básicos, os CCDS também encaminham ofícios aos órgãos públicos, solicitando obras para a comunidade, como saneamento, iluminação, água, entre outros. Na área da saúde, os cidadãos organizados nos Conselhos conseguem ambulâncias e doações de equipamentos hospitalares, contribuindo para a abertura de novas uni-

dades de atendimento à saúde. Alguns dos CCDS criaram o “Dia da Ação Cidadã”, um projeto que leva às comunidades serviços como saúde preventiva, assistência jurídica, emissão de documentos essenciais para a cidadania e eventos ligados à prevenção de drogas (divulgados a partir de peças teatrais escritas pelos adolescentes).

A extensa lista de atividades dos CCDS inclui ainda a doação de alimentos, a realização de campanhas sobre lixo e esgoto, a doação de sangue, os mutirões de limpeza e de construção de

“
OCORRÊNCIAS QUE
COSTUMAM DESEMBOLCAR NOS
ÓRGÃOS POLICIAIS TÊM
SIDO RESOLVIDAS PELOS
CONSELHOS, PRINCIPALMENTE
AS QUE SE REFEREM A
DESENTENDIMENTOS FAMILIARES

casas, a fiscalização sobre as verbas do Programa Bolsa-Escola, a conscientização sobre os direitos e deveres do cidadão e, mais especificamente, sobre os direitos da mulher. Os Conselhos atuam também na promoção do emprego, por meio de cursos de capacitação profissional, contatos com em-

presas e encaminhamento dos desempregados para vagas disponíveis no mercado. Como forma de gerar renda, as pessoas da própria comunidade são contratadas para algumas obras.

Ocorrências que costumam desembocar nos órgãos policiais têm sido resolvidas pelos Conselhos, principalmente as que se referem a desentendimentos familiares. Os conselheiros agem como mediadores dos conflitos, tendo solucionado até disputas de terra. Nos casos de jovens integrantes de gangues, os delegados de polícia, juntamente com os conselheiros, reúnem-se com os familiares e buscam soluções. Geralmente os conselheiros acompanham o desempenho desses jovens na escola e encaminham-nos para cursos profissionalizantes, oficinas de dança e capoeira, procurando aproximá-los de outros adolescentes comprometidos com a “cultura da paz”.

No que se refere diretamente à segurança, os Conselhos distribuem cartilhas para orientar a população quanto à prevenção de assaltos e promovem reuniões entre os conselheiros, os comerciantes e os policiais, a fim de discutir estratégias de prevenção à criminalidade. Sempre que necessário, os Conselhos solicitam a implantação de postos policiais e o aumento do efetivo policial. Em alguns municípios, eles conseguiram melhorar a infra-estrutura das unidades da polícia, obtendo doações de computadores e recursos que possibilitaram a compra de motocicletas e a reforma das delegacias.

Equipe do Programa Gestão Pública e Cidadania

■ PETER SPINK

Diretor do Programa
GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
— Curso de Mestrado em Administração
Pública e Governo
— Centro de Estudos de Administração
Pública e Governo
— Escola de Administração de Empresas de
São Paulo, Fundação Getúlio Vargas —
EAESP/FGV

■ MARTA FERREIRA SANTOS FARAH

Vice-Diretora do Programa
GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
— Centro de Estudos de Administração
Pública e Governo
— Escola de Administração de Empresas de
São Paulo, Fundação Getúlio Vargas —
EAESP/FGV

■ VIVIANNE NOUVEL ALESSIO

Coordenadora Executiva

■ ILKA CAMAROTTI

Coordenadora Técnica do Subprograma
Práticas Públicas e Pobreza

■ FABIANA PASCHOAL SANCHES

Assistente Administrativa e de Informática

■ MARLEI DE OLIVEIRA

Secretária

■ JULIANA MARIA PARIS SPINK

Assistente de Vídeo e Disseminação

■ PATRÍCIA LACZYNSKI

Assistente de Disseminação

■ FERNANDA MARTINEZ DE OLIVEIRA

Monitora Acadêmica

■ HÉLIO BATISTA BARBOZA

Monitor Acadêmico

■ LUÍS MÁRIO FUJIWARA

Monitor Acadêmico

■ MARIA BEATRIZ DE ARAÚJO ASPERTI

Monitora Acadêmica

■ ODÉLIO RODARTE AROUCA FILHO

Monitor Acadêmico

■ PAULO JÁBALI JÚNIOR

Monitor Acadêmico

Comitê técnico

■ EDNA M. RAMOS DE CASTRO

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA
— Universidade Federal do Pará — UFPA

■ ELIZABETH LEEDS

Fundação Ford

■ FERNANDO GUILHERME TENÓRIO

Escola Brasileira de Administração Pública
— Fundação Getúlio Vargas — EBAP/FGV

■ GRAZIA DI GRAZIA

Federação de Órgãos para Assistência Social
e Educacional — FASE

■ HUMBERTO MARQUES FILHO

Programa de Pós-Graduação em Administração
— Universidade Federal da Paraíba

■ JORGE TERENA

Organizações Indígenas da Amazônia
Brasileira — COIAB

■ JOSÉ ANTÔNIO GOMES DE PINHO

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em
Administração — Universidade Federal da Bahia

■ LAURA DA VEIGA

Escola de Governo de Minas Gerais —
Fundação João Pinheiro

■ LUÍS ROQUE KLERING

Programa de Pós-Graduação em Administração
— Universidade Federal do Rio Grande do Sul

■ MARLENE LIBARDONI

Ações em Gênero, Cidadania e
Desenvolvimento — AGENDE

■ MARTA PROCHNIK

Banco de Desenvolvimento Econômico e
Social — BNDES

■ NANCY CARDIA

Núcleo de Estudos da Violência — USP

■ PEDRO JACOBI

Programa de Pós-Graduação em
Ciência Ambiental da Universidade de
São Paulo (Procam/USP)

■ SILVIO CACCIA BAVA

Pólis — Instituto de Estudos, Formação e
Assistência em Políticas Sociais

■ THEREZA LOBO

Centro de Estudos de Políticas Públicas

Publicações e produtos do programa Gestão Pública e Cidadania

LIVROS

- 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania (Ciclo de Premiação 1996)
Peter Spink e Roberta Clemente (orgs.)
- 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania (Ciclo de Premiação 1997)
Marta Ferreira Santos Farah, Nelson Luiz Nouvel Alessio e Luís Mario Fujiwara (orgs.)
- 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania (Ciclo de Premiação 1998)
Marta Ferreira Santos Farah, Nelson Luiz Nouvel Alessio e Luís Mario Fujiwara (orgs.)
- 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania (Ciclo de Premiação 1999)
Marta Ferreira Santos Farah, Nelson Luiz Nouvel Alessio e Luís Mario Fujiwara (orgs.)
- 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania (Ciclo de Premiação 2000)
Marta Ferreira Santos Farah e Hélio Batista Barboza (orgs.)

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

- VOLUME 1 - A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 629 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1996
Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.)
- VOLUME 2 - Criação do Capital Social: o caso da Asmare
Pedro Jacobi e Marco Antonio Carvalho Teixeira
- VOLUME 3 - Desafio e Inovação em Políticas Públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco
Laura Veiga, Bruno Lazarotti Diniz Costa e Carla Bronzo Ladeira Carneiro
- VOLUME 4 - Governo Local e Novas Formas de Provisão e Gestão de Serviços Públicos no Brasil
Marta Ferreira Santos Farah
- VOLUME 5 - Gestão Pública em Busca de Cidadania: experiências de inovação em Salvador
José Antônio Gomes de Pinho, Mercejane Santana e Sonia Cerqueira
- VOLUME 6 - Estudo Comparativo de Resultados Alcançados por Programas na Área de Saúde
Humberto Marques Filho
- VOLUME 7 - Gestão Pública e Cidadania: metodologias participativas em ação
Fernando Guilherme Tenório e Jacob E. Rozenberg
- VOLUME 8 - A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 297 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1997
Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.)
- VOLUME 9 - Avaliação da Importância de Atributos de Projetos de Desenvolvimento Inovadores
Luís Roque Klering, Roberto Costa Fachin e Zilá Mesquita
- VOLUME 10 - Relatório sobre as Experiências Semifinalistas do Programa Gestão Pública e Cidadania - Ciclo de Premiação 1997
Fernando Guilherme Tenório e Augusto P. G. Cunha
- VOLUME 11 - Prove: uma experiência de implantação de microempresas agroindustriais
Humberto Marques Filho e Dilma Maria Guedes
- VOLUME 12 - A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 631 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1998
Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, Carlos Eduardo Evangelisti Mauro e Patrícia Laczynski (orgs.)

- VOLUME 13 - Programas para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: a complexidade do objeto e a dimensão institucional
Bruno Lazarotti Diniz Costa, Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Carlos Aurélio Pimenta de Faria
- VOLUME 14 - Uma Releitura dos Programas Selecionados nos Ciclos de Premiação de 1996 e 1997
Humberto Marques Filho e André Luiz Felisberto
- VOLUME 15 - A Sociedade é Protagonista na Relação com o Estado?
Fernando Guilherme Tenório e Gylcilene Ribeiro Storino
- VOLUME 16 - A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 888 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1999
Patrícia Laczynski, Sabrina Addison Baracchini e Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (orgs.)
- VOLUME 17 - The Right Approach to Subnational Government: the experience of the public management and citizenship program
Peter Spink
- VOLUME 18 - Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas Locais
Marta Ferreira Santos Farah
- VOLUME 19 - A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 946 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2000
Marta Ferreira Santos Farah, Patrícia Laczynski, Paulo Jábali Junior e Odélio Rodarte Arouca Filho (orgs.)
- VOLUME 20 - A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos programas inscritos no Ciclo de Premiação 2001
Marta Ferreira Santos Farah, Patrícia Laczynski, Paulo Jábali Junior e Odélio Rodarte Arouca Filho (orgs.)

FITAS DE VÍDEO

- Novos Caminhos para uma Gestão Pública com Cidadania: Programa Gestão Pública e Cidadania
Juliana Spink (coordenação)

Projeto Especial - Práticas Públicas e Pobreza

LIVROS

- Estratégias Locais para Redução da Pobreza: construindo a cidadania (Relatório Final)
Ilka Camarotti e Peter Spink (orgs.)
- Dez Experiências de Alianças na Redução da Pobreza
Ilka Camarotti e Peter Spink (orgs.)
- Parcerias e Pobreza: soluções locais na construção de relações sócio-econômicas, vol. 1
Ilka Camarotti e Peter Spink (orgs.)
- Parcerias e Pobreza: soluções locais na implementação de políticas sociais, vol.2
Ilka Camarotti e Peter Spink (orgs.)
- Parcerias e Pobreza: lorem ipsum aliquam euismod laoreet voluptat diam, vol. 3
Ilka Camarotti e Peter Spink (orgs.)

FITAS DE VÍDEO

- Parcerias e Pobreza e Cidadania
Coordenação de Juliana Spink